



REINDUSTRIALIZAÇÃO: O RUMO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ABIFINA LANÇA MANUAL DE
ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO
BRASILEIRO NO VIII SIPID

06



ARTIGO

14



ENTREVISTA

28



ARTIGO

PROTAGONISMO EM INOVAÇÃO

A **Biolab** dedica-se à evolução como uma crença e uma prática constante. Em 20 anos de história, conquistou uma trajetória permeada por sucessos, dedicação e protagonismo em inovação.

Por meio da valorização das pessoas, atualização contínua, desenvolvimento interno nos Centros de Pesquisa e parcerias, tornou-se especialista e estabeleceu uma relação de confiança com seus profissionais, as classes científica e médica e pacientes.

A Biolab potencializa a vitalidade que promove conquistas e realizações humanas.

EVOLUIR É VITAL

biolab
FARMACÊUTICA

www.biolabfarma.com.br

//Corpo Dirigente

▼ Conselho Administrativo

Presidente

Ogari de Castro Pacheco

Vice-presidentes

1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira

2º Vice-Presidente: Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Vice-Presidente de Planejamento: Jean Daniel Peter

Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario Junior

Vice-Presidente de Biodiversidade: Peter Martin Andersen

Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Pires Lages

Vice-Presidente da Cadeia Química: Lélío Augusto Maçaira

Vice-Presidente de Biotecnologia - Akira Homma

Vice-Presidente Agroquímico - João Sereno Lammel

Diretores

Diretor de Relações Institucionais - Odilon José da Costa Filho

Diretora de Propriedade Intelectual - Leticia Khater Covesi

Diretor de Biotecnologia - Gilberto Hauagen Soares

Diretora do Regulatório Farmo - Gabriela Corrêa Miotti

Diretora do Regulatório Agro - Thais Balbao Clemente Bueno

de Oliveira

Diretora para Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke

▼ Conselho Geral

Artur Roberto Couto

Hayne Felipe da Silva

César Martins Fraga

Ronald Lamounier Rubinstein

Sérgio José Frangioni

Walker Lahmann

▼ Conselho Fiscal

Juliana De Carvalho Assis

Milton César Olympio

Renato Maziero

▼ Conselho Consultivo

Alberto Ramy Mansur

Alicebiades de Mendonça Athayde Júnior

Antônio Joaquim Werneck de Castro

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni

Luiz Carlos Borgonovi

Marcelo Rodolfo Hahn

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Pedro Wongschowski

Poliana Emília Botelho Silva

Telma Christina Santos Salles

//Expediente

Coordenação Geral: Claudia Craveiro

claudia.craveiro@abifina.org.br

Matéria Política: Inês Accioly

Revisão Geral: Luana Rocha

Assistente de Produção: Luciana Bitencourt e Lucielen Menezes

Projeto Gráfico e Finalização Digital: Luciana Costa Leite

Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

ISSN 2526-1177

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro

CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Central Telefônica: Tel: (21) 3125-1400 • Fax: (21) 3125-1413

www.abifina.org.br

06

Artigo

Reinaldo Guimarães: Haverá uma retomada da Política de Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde?



14

Entrevista

Celso Amorim: Estado precisa investir para indústria do País voltar a crescer

12

Artigo

Cristina Ropke: Como explorar industrialmente a biodiversidade brasileira



18

Matéria Política

Reindustrialização: O rumo do desenvolvimento sustentável



//Sumário

Artigo

João Sereno Lammel: Defensivos Agrícolas: pesquisa, inovação e conhecimento local 16

Artigo

Dante Alario: A inovação tecnológica na indústria farmacêutica nacional 24

Matéria Ourofino

Inovando para a agricultura brasileira 26

Artigo

Fernando Sarti: Desnacionalização e desenvolvimento 28

//Seções

Editorial 04

Painel do Associado 32

ABIFINA em Ação 36

Patrocinaram esta edição as empresas:

Biolab | Blanver | CBL | Cristália | EMS | Nortec | Ourofino Agrociência

SEM INDÚSTRIA NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Nelson Brasil de Oliveira | 1º vice-presidente da ABIFINA



Foto: André Telles

O Brasil atravessa uma crise política e econômica sem precedentes na sua história. Elevada taxa de juros ao consumidor, nível de desemprego extremamente alto, taxa de câmbio supervalorizada, recomposição moral das instituições e, especialmente, ausência de planejamento de Estado resultam em instabilidade jurídica que impede investimentos privados.

Empresas com faturamentos extremamente reduzidos, pela queda na demanda de consumidores endividados devido às elevadas taxas de juros praticadas pelo sistema bancário, demitem empregados e cortam investimentos, no que resulta um sistema de retroalimentação desse perverso processo, que deve ser estancado de pronto, simultaneamente à implantação das reformas fiscais, econômicas e éticas previstas.

Nesse cenário, evidencia-se um elevado aumento do processo desindustrializante do País, que vem desde os anos 90 e deve ser revertido de imediato através de medidas no curto, médio e longo prazo.

Realizar primeiramente as reformas de base institucional, de caráter fiscal, trabalhista e previdenciário, tendo em vista somente o longo prazo, sem implantar desde logo um Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social do País com ênfase na industrialização, constitui uma visão equivocada das reais necessidades da nação.

A estabilidade macroeconômica, expressa pelo alcance e manutenção de um índice inflacionário dentro das metas fixadas pelo Banco Central, de fato é uma condição fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil, mas está longe de ser suficiente para a retomada do crescimento do PIB, com seus reflexos na redução da elevada taxa de desemprego no País.

O Poder Executivo no Brasil realmente não possui um Ministério de Planejamento e Gestão, pois o que se vê nessa

área é apenas um arremedo da gestão orçamentária, que se desenvolve ao sabor de negociações pontuais do Poder Executivo com membros do Congresso Nacional, marcantemente visando à aprovação de medidas legislativas em troca de cargos públicos, liberação de verbas ou atendimento a interesses pessoais, muitas vezes ilegítimos.

A falta de um projeto de Estado, com controle centralizado, leva à lamentável situação atual, em que os ministérios não se comunicam, duplicando ou até mesmo contrariando ações entre eles, no que resulta a ineficiência estatal que eleva os custos das empresas operando no País.

O Brasil carece de um indispensável espírito público, privilegiando a ética nos altos escalões governamentais, absolutamente necessário para se desenvolver um projeto de nação soberana, que seja expresso em um programa administrativo de longo prazo, contendo metas e cronogramas, com seu devido acompanhamento em todos os níveis governamentais, como ocorreu durante os governos de Vargas, Juscelino e Geisel.

A reforma do sistema político partidário no País é indispensável, mas isso constitui tarefa que deve ter parâmetros definidos pelo Poder Judiciário, pois que, por iniciativa própria, jamais esse Congresso Nacional fará uma profunda reforma que atinja fortemente interesses paroquiais ou pessoais da imensa maioria dos parlamentares.

Paralelamente à implantação da reforma do sistema político partidário visando conferir uma efetiva representatividade ao Congresso Nacional, a iniciativa para construir esse projeto de nação deve caber às entidades que representam o setor produtivo e a população em geral, para que, da interação entre tais agentes, efetivamente seja atingido tal desiderato.

No contexto desse projeto de Estado, cabe destacar a relevância da definição de uma política industrial objetiva, priorizando setores como fazem os países avançados, do

que resultarão elevados volumes de investimentos privados, criando empregos em cadeias, no próprio setor industrial e também nos prestadores de serviços e no comércio.

Conforme divulgado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - entidade internacional composta por 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado -, foram implantadas recentemente políticas industriais associadas a programas para ampliar a capacidade das indústrias locais em atividades de P&D e inovação. Da leitura desse documento ressaltamos os fatos comentados a seguir.

Muitos países, como Inglaterra, Itália, Estados Unidos, França e Holanda, adotaram enfoques setoriais em suas estratégias para desenvolver ciência e tecnologia, combinando subsídios e financiamento de capital próprio, como também incentivos fiscais às empresas privadas locais.

Na Inglaterra, desde 2012 vem sendo desenvolvida uma política industrial focada em tecnologia, financiamento e parcerias de caráter público/privada em onze setores industriais priorizados. Tais ações vêm sendo realizadas nas referidas parcerias do governo com a indústria e financiadas por ambos, para gerar confiança e garantir investimentos no longo prazo. São exemplos o Instituto de Tecnologia Aeroespacial, o Centro de Propulsão Automotiva Avançada e o Centro para Inovação Agrícola.

Na Itália foi criado em 2012 o programa “Fábrica Inteligente”, para desenvolver e executar uma estratégia baseada em P&D com vistas a: (1) transformar a indústria italiana com foco em novos produtos, processos, serviços e tecnologias, (2) criar uma comunidade industrial competitiva no desenho, aplicação e exploração dos resultados das pesquisas; (3) conectar políticas nacionais de P&D com políticas internacionais.

Nos Estados Unidos, o orçamento de 2016 previa US\$ 2,4 bilhões para o financiamento de atividades de P&D na indústria de transformação avançada, em suporte ao esforço nacional, buscando reunir indústria, universidades e governo federal no investimento em tecnologias emergentes. Além de criar empregos industriais de alta qualidade, tais investimentos irão expandir as atividades de P&D em processos inovadores de produção, materiais industriais avançados e robótica.

Não custa lembrar que nesse país, ainda em construção no final de 1791, Alexander Hamilton apresentou um projeto de nação industrializada, descrito em seu famoso Relatório sobre Manufaturas, no qual, entre outras coisas, eram propostas tarifas de importação para produtos importados, sob o argumento de que “a simples importação de bens manufaturados, invariavelmente, priva de sua riqueza os povos meramente agrícolas”. A forte e efetiva política industrializante criada no país por Hamilton, incluindo a criação de um Banco Central e um único orçamento público a ser aplicado nos treze estados que vieram a formar os Es-

tados Unidos da América do Norte, resultaram na grandeza econômica dessa nova nação.

Também é sabido que a China lançou em 2015 o plano “Fabricado na China 2025”, visando reforçar o poder industrial local em inovação, na qualidade de produtos, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de recursos humanos para a indústria, sendo selecionados alguns setores industriais, como tecnologia de informação, robótica, equipamento aeroespacial, equipamentos para a engenharia oceânica, ferroviária, agrícola, veículos com eficiência energética e medicina biológica.

Como se verifica pelos fatos acima relatados, os países avançados, através de políticas industriais, escolhem seus “setores industriais vencedores” – expressão jocosamente usada no Brasil por economistas neoliberais rentistas, portadores de uma visão exclusivamente financeira, mas que nos países desenvolvidos vem apresentando excelentes resultados econômicos.

Essa estreita visão financeira de nossos economistas neoliberais levou à reorientação anteriormente seguida pelo BNDES através de linhas de financiamento a juros bem inferiores aos de mercado para atender a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) lançada em 2004, com o objetivo de fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas.

Hoje são selecionados projetos de investimentos com retorno econômico ao Banco, como em um banco privado, sem priorizar setores industriais estratégicos para o desenvolvimento do País.

A PITCE definiu quatro setores industriais como estratégicos para o desenvolvimento nacional: software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos. Essa política pública gerou expressivos resultados até 2010, como a criação de mais de cem Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) na área do Complexo Industrial da Saúde, envolvendo alguns bilhões de dólares em compras públicas que foram nacionalizadas.

Mudanças ocorridas no Poder Executivo a partir de 2010 resultaram praticamente no abandono dessa relevante política pública. Infelizmente no Brasil sempre ocorre que, mudando os governantes, são abandonadas políticas anteriores, mesmo exitosas, simplesmente para marcar a nova gestão governamental.


O Brasil necessita ser reconstruído não somente em suas vertentes morais e em suas práticas administrativas, mas também pela implantação de projeto de nação soberana, expresso em um programa de governo de longo prazo, contendo metas e cronogramas, com controle centralizado por um efetivo Ministério de Planejamento e Gestão, acompanhado pela Presidência da República. 



Foto: Arquivo ABIFINA

HAVERÁ UMA RETOMADA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE?

Reinaldo Guimarães | 2º vice-presidente da ABIFINA

A política de desenvolvimento produtivo do Ministério da Saúde está para completar uma década de desenvolvimento, e a atual equipe do ministério acaba de completar treze meses na missão de gerenciá-la. A melhor notícia é que a política continua viva. Mas sobre ela pairam ameaças importantes.

Em anos recentes, os melhores exemplos de políticas industriais e de inovação no Brasil dizem respeito a iniciativas setoriais nas quais as instâncias governamentais responsáveis pela gestão do setor propuseram, construíram e estiveram à frente de iniciativas no campo industrial e de inovação relativas a esse setor. São exemplos o setor de petróleo e gás, induzido e coordenado pela Petrobrás - hoje um *global player* na área -, e o setor agropecuário, induzido e coordenado pela Embrapa, que turbinou a agricultura familiar e, no segmento agroindustrial, transformou o Brasil em principal produtor e exportador de vários produtos agropecuários em nível mundial. Parcialmente inspirado nesses (poucos) exemplos de sucesso foi que o Ministério da Saúde decidiu construir e coordenar, a partir de 2008, uma política industrial setorial voltada à cadeia produtiva de saúde humana, mormente o segmento de medicamentos.

Nessa construção, em que o ministério teve uma grande colaboração do BNDES, em particular na articulação da política setorial às políticas industriais gerais

implementadas à época (PITCE, PDP e Brasil Maior), foi enfatizada uma característica particular decorrente do setor finalístico envolvido ser uma política social. Em outros termos, foi preciso valorizar os impactos diretos na política de saúde ao lado dos impactos econômicos esperados. Daí derivou o conceito básico da política de que seria necessária uma sinergia entre os desenvolvimentos produtivo e tecnológico industriais por um lado e, por outro, a ampliação do acesso a produtos industriais de saúde pela população atendida pelo SUS.

Elemento importante na construção da política foi a constituição, também em 2008, de um colegiado denominado Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), cuja missão foi a de articular todos os entes de governo que tinham relação com a política e que desde sua inauguração previu a existência de um Fórum de Articulação com entidades representativas do setor produtivo público e privado.

O desenvolvimento da política não foi linear nem isento de turbulências ao longo do tempo. A mais importante ocorreu em 2014 e envolveu um laboratório privado que pretendeu estabelecer uma parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) não possuindo, todavia, condições mínimas de desenvolver e produzir o medicamento que era objeto da mesma. A publicidade dada ao fato, bastante amplificada pelas ações da Operação Lava-Jato, terminou por gerar a necessidade de ser estabelecida uma nova norma operacional reguladora das PDPs que foi publicada na forma de

uma portaria do Ministério da Saúde em novembro de 2014, sob o número 2.531.

Na portaria, ao lado de vários avanços procedimentais, foi dada especial atenção ao modo pelo qual passavam a ser estabelecidos os preços dos produtos envolvidos na PDP por ocasião do estabelecimento da mesma, e o que deveria ser praticado pelo Ministério no momento da compra pelo SUS, quando da concretização bem-sucedida da PDP. Na norma anterior, o ministério deveria cumprir o que constava do acordo inicial, que previa preços cadentes durante o período de preferência de compra desses produtos. Na nova norma (§§1º e 2º do art. 55), os preços contratados inicialmente passaram a ser considerados uma referência e o processo de negociação de preços passou a ser estabelecido como um “procedimento administrativo distinto do processo de PDP”. Nada a opor quanto à obrigação da autoridade sempre procurar estabelecer o menor preço para suas aquisições, garantida a qualidade. Entretanto, vale ponderar que, no caso das PDPs, essa obrigação deveria ser exercida no momento de negociação da parceria e não no momento de sua concretização. Essa talvez tenha sido a primeira fratura importante nos pilares conceituais da política.

A despeito dessa turbulência, a política continuou ativa, mesmo que em velocidade menor do que a observada anteriormente. Vale lembrar ainda que, em 2015 e 2016, os efeitos da crise econômica sobre o orçamento público foram intensos e certamente contribuíram para a moderação dessa velocidade e por dificuldades crescentes na negociação dos preços de compra de medicamentos relativos a PDPs negociadas nos anos anteriores.


O deputado Ricardo Barros foi nomeado ministro da Saúde em 12 de maio de 2016 pelo então presidente em exercício, e sua presença pública no tema da política de desenvolvimento produtivo se deu em 19 de outubro, por ocasião da 12ª reunião do Fórum de Articulação do GECIS. Depois disso, ele presidiu as duas reuniões seguintes do Fórum, em 8 de dezembro e em 27 de abril deste ano. Nas três reuniões, a postura do ministro e de sua equipe foi a de anunciar seus planos, muitas das vezes mediante declarações de intenção pouco detalhadas, como por exemplo os investimentos de R\$ 6,5 bilhões em infraestrutura produtiva e as compras de biossimilares no valor de R\$ 443 milhões.

Mas, além das boas promessas, houve também duas propostas altamente preocupantes. A primeira, já aplicada largamente durante todo este ano, foi a de eleger o mercado internacional como régua da rene-

gociação de preços de compra pelo SUS para as PDPs bem-sucedidas. Na prática, significa utilizar os preços indianos e chineses como parâmetro para a fixação de preços de compra. Isso, naturalmente, não é uma prática razoável, haja vista a gigantesca diferença de escalas de produção dos produtos oriundos daqueles países e a nossa produção local, bem como as diferenças regulatórias incidentes sobre produtos locais e importados, muito mais frouxas por lá. Ao justificar a renegociação de preços de compra de produtos industriais pelo ministério utilizando a régua do mercado internacional, o ministro alegou receio pessoal de ser questionado pelos órgãos de controle.

A segunda proposta, cujo impacto se soma ao impacto da proposta anterior, promete o estabelecimento de uma mudança no modelo de contratação das PDPs, no qual haveria um contrato para remunerar a transferência das tecnologias e outro para remunerar os custos de desenvolvimento e produção do objeto da PDP. Essa orientação é problemática por mais de uma razão. A primeira é que o cálculo do preço de tecnologias não é simples e, por certo, agregaria custos ao projeto. Um boa aproximação desses custos e da complexidade do processo pode ser observada em um recente documento da OMPI, intitulado *Intellectual Property Valuation Manual For Academic Institutions*, no qual o fato de ser destinado a instituições acadêmicas não retira o seu valor para as finalidades aqui discutidas.

Outro aspecto diz respeito à remuneração das tecnologias por parte do Ministério da Saúde. Para o pagamento dos produtos, o Fundo Nacional de Saúde/Secretaria-Executiva/DLOG desenvolveu, ao longo do tempo, metodologias que garantem os pagamentos, mesmo que, por vezes, com algum atraso. No ministério, tais metodologias para realizar a *valuation* de tecnologias não existem e sua construção levará tempo. Mais ainda, a discussão entre o ministério e o proponente da PDP poderá ser desigual e impositiva, inclusive pela inexistência de parâmetros internacionais como os que existem para produtos acabados.

Torno aos dois vetores fundamentais da política de desenvolvimento produtivo que buscaram uma sinergia entre o desenvolvimento produtivo e tecnológico industrial por um lado e a ampliação do acesso a produtos industriais de saúde pela população atendida pelo SUS por outro. Suspeito que essas propostas recentes podem ferir de morte o primeiro desses fundamentos. Quanto ao segundo e essencial objetivo de ampliação do acesso da população a produtos industriais de saúde, quem poderá feri-lo de morte é o arrocho fiscal expresso na Emenda Constitucional 95, que já incide sobre o orçamento do Ministério. 



Dra. Kátia Stevanatto e
Dr. Eduardo Job



Dr. Ogari Pacheco



Dr. Eduardo recepcionando os colaboradores do Cristália

100%
brasileiro

**Festa de comemoração dos
45 anos do Cristália**

Referência em Inovação



Odilon Costa, Dr. Eduardo Job,
Dra. Kátia Stevanatto e Dr. Ogari Pacheco



Dr. Eduardo Job

Cristália, há 45 anos comprometido em prol da saúde da sociedade



CRISTÁLIA
Sempre um passo à frente

Cristália celebra 45 anos com atuação de vanguarda e reforça o compromisso com a saúde da população brasileira

Em um clima de muita descontração e alegria, a festa dos 45 anos do Cristália aconteceu no dia 29 de abril, com a presença de cerca de 2.000 pessoas, entre colaboradores do Cristália, de suas coligadas Latinofarma, Sanobiol e IMA, de suas parceiras Supera e Fontoveter e outros convidados.

A ocasião simbolizou um momento singular, pois promoveu a confraternização e o fortalecimento da união de todos que fazem do Cristália uma das melhores e a mais inovadora indústria farmacêutica do País.

“Diante de tantas pessoas, foi curioso e, ao mesmo tempo, gratificante lembrar que nascemos com apenas mil metros quadrados no primeiro laboratório do Cristália. O crescimento da empresa foi, sem dúvida, exponencial”, comenta Dr. Ogari Pacheco, fundador e Presidente do Conselho Diretor do Laboratório Cristália.

Com a inovação em seu DNA, o Cristália é a única indústria farmacêutica brasileira capaz de realizar a cadeia completa de um medicamento, desde a concepção da molécula até o produto final.

“Colaborar na melhoria das condições de tratamento de saúde da população, inovando, desenvolvendo, produzindo, comercializando e proporcionando acesso a produtos com qualidade e preço justo, é o nosso compromisso”, afirma Dr. Eduardo Job, Presidente Executivo do Laboratório Cristália.

Na ocasião também foi apresentado o novo vídeo institucional da empresa, que conta de maneira bastante especial a história do Laboratório e a sua razão de existir.


Confira abaixo algumas mensagens de amigos e colaboradores do Cristália:

 **Elton Batista**
29 de abril às 16:50 · 🌐

Cristália, 45 anos. [#Cristaliafaz45](#) [#orgulhoempertencer](#)

 **Fer Lima** adicionou 4 novas fotos — com Artur Felipe Baston e outras 8 pessoas.
30 de abril às 12:39 · 🌐

Festa top de 45 anos Cristalia. [#orgulhodepertencer](#) [#parabens](#) [#farmoquimica](#) [#amigosparceiros](#)

 **Tammy Prado** adicionou 9 novas fotos — com Ronaldo Estevam e outras 9 pessoas.
30 de abril às 13:11 · Jaguariúna · 🌐

Sobre ontem !!! Top demais!!!! [#cristalia45anos](#) [#orgulhodepertencer](#)

 **Jackeline Capatto Batistela** 😊 sentindo-se agradecida.
29 de abril às 21:27 · 🌐

Agradeço ao Cristalia por todas as oportunidades e aprendizado que me proporciona todos os dias! [#orgulhodepertencer](#) [#45anos](#)

 **Regiane Klesse Gomes** adicionou 2 novas fotos — com [Mayara Ribeiro](#) e outras 4 pessoas em 📍 Red Eventos Jaguariúna.
29 de abril às 17:38 · Jaguariúna · 🌐

Festa linda!!! [#cristalia45anos](#) [#orgulhodepertencer](#)

 **Taisa Maria Bordignon** adicionou 5 novas fotos — com [Fagner Rodrigues](#) e outras 16 pessoas.
30 de abril às 15:40 · Mogi Mirim · 🌐

Parabéns Cristália por seus 45 anos de história e por tudo que tem concretizado e realizado na linha da indústria farmacêutica nacional e na saúde de pessoas do Brasil e do mundo.

A festa estava incrível e foi somente um resumo de como está equipe realmente é integrada.

No dia 07 de dezembro de 2017, no VIII SIPID, no Rio de Janeiro, a ABIFINA fará o lançamento do Manual de Acesso ao Patrimônio Genético Brasileiro e ao Conhecimento Tradicional Associado. O Manual é uma produção da ABIFINA, com patrocínio da FINEP, e autoria da consultora da entidade, a bióloga Dra. Ana Claudia Dias de Oliveira.

A publicação resulta da experiência da autora com a tramitação da legislação de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, desde a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, dos Projetos de Lei resultantes no Congresso e Senado, da regulamentação e implementação da Lei nº 13.123/2015 e da atual representação do setor industrial como conselheira do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

O Manual tem como objetivo principal oferecer orientações para o uso da biodiversidade brasileira de acordo com a Lei de Biodiversidade, com sustentabilidade e responsabilidade ambiental. A ABIFINA espera que esse Manual possa trazer entendimentos sobre a legislação, além de incentivar e nortear o uso sustentável da biodiversidade brasileira, mantendo as florestas em pé e agregando valor aos produtos com matéria-prima obtida a partir do patrimônio genético do País.

ABIFINA LANÇA MANUAL DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO BRASILEIRO NO VIII SIPID





Foto: Arquivo pessoal

COMO EXPLORAR INDUSTRIALMENTE A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Cristina Dislich Ropke | Diretora de Inovação do Grupo Centroflora

Acredito que a única forma de explorar industrialmente a biodiversidade brasileira é respeitando os pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. No entanto, embora muitas empresas tenham incluído a busca pela sustentabilidade em suas missões e visões, ainda são raras aquelas reconhecidas como exemplo a ser seguido nesse campo. Isso se deve, principalmente, à falta de um modelo que alie, de forma eficaz, o planejamento estratégico, particularmente o *Balanced Scorecard (BSC)*. Esse é um sistema de gestão baseado em indicadores de controle interligados logicamente, que permitem a avaliação do desempenho, traduzindo a missão e a estratégia em objetivos e medidas organizados nas perspectivas financeira, dos clientes, dos processos internos, aprendizado e crescimento. Temos tido bons resultados neste sentido, alinhando os conceitos de sustentabilidade com a estratégia da Centroflora.

Há quase 60 anos o Grupo Centroflora atua no mercado de extratos vegetais. Antenado às evoluções mercadológicas e regulatórias, criou o programa corporativo *Parcerias para um mundo melhor*, cujo intuito é integrar o consumidor final a comunidades e pequenos agricultores rurais, por meio do fomento à agricultura familiar orgânica e do manejo florestal sustentável, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. São estabelecidos contratos de parceria entre o cliente e a empresa, e posteriormente entre empresa e agricultor, através dos quais o Grupo Centroflora garante a compra de safras planejadas e a transferência de tecnologia necessária para o campo, integrando de forma responsável toda a cadeia produtiva.

Muitas vezes a tecnologia de cultivo da espécie de interesse é desenvolvida pela própria Centroflora em seus campos de cultivo experimentais, já que várias espécies sequer possuem protocolos de produção. Tal tecnologia é transferida para os produtores por meio de assistência técnica da equipe de Botânica da empresa. Comunidades rurais, associações, cooperativas e pequenos produtores são pré-selecionados para se tornarem fornecedores de plantas medicinais. As espécies selecionadas para cultivo passam por análise botânica, agrônômica e de viabilidade, garantindo-se o fomento da espécie desejada. Já aquelas passíveis de manejo florestal passam por prospecção de áreas capazes de suprir a demanda existente.

Efetuada as etapas de colheita e secagem, a planta é enviada para as instalações do Grupo Centroflora, onde, após análise e comprovação de sua qualidade, são extraídas suas substâncias ativas, por meio de solventes seguros e recicláveis (água, etanol - álcool da cana de açúcar - e glicerina vegetal). Os extratos são concentrados e secos, utilizando-se tecnologias que garantem a integridade do princípio ativo e excipientes livres de manipulação genética, como amido de mandioca.

Os principais benefícios alcançados por meio do programa *Parcerias para um mundo melhor* são: abordagem técnica e comercial, feita diretamente pelas equipes técnicas da Centroflora, evitando assim atravessadores e má distribuição dos valores envolvidos (maior renda na base da pirâmide); rastreabilidade total do extrato produzido; garantia do fornecimento de matérias-primas seguras e de qualidade; extratos livres de resíduos tóxicos, pesticidas e metais pesados; extratos livres de manipulação genética; fomento da agricultura familiar orgânica e do manejo sustentável de espécies silvestres. Todo esse trabalho tem auditoria e certificação da *Union for Ethical Biotrade (UEBT)*.

Visando a um maior envolvimento com os parceiros agrícolas, projetos socioambientais são desenvolvidos junto às comunidades, através de parcerias com

organizações não governamentais, especialmente com o Instituto Floravida. Fundado e mantido pelo Grupo Centroflora, o Instituto desenvolve diversos projetos na área socioambiental, sempre construídos em rede, aproveitando as potencialidades dos parceiros locais.

Um bom exemplo de sucesso dessa atuação conjunta entre a empresa e o Floravida é o projeto Valorização do Jaborandi, concebido para gerar renda a partir do manejo florestal não madeireiro. Nele, nossa empresa, além de outras contribuições, tem papel fundamental, ao realizar a compra de todo o jaborandi coletado, garantindo geração de renda e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento econômico local.

O Instituto Floravida existe desde 2002 e tem como missão contribuir com a transformação socioambiental das comunidades envolvidas, promovendo a educação em defesa da vida. Com seus projetos, que seguem diretrizes estabelecidas por políticas públicas, o Instituto planeja e executa ações onde o poder público não consegue atuar, dando assim sua contribuição para a consolidação dessas políticas.

O Grupo Centroflora agrega em seu portfólio cerca de duzentos produtos destinados aos mercados de saúde, alimentos e bebidas e cuidados pessoais. Usando tecnologias e processos que permitem isolamento, extração, concentração e secagem de ativos naturais de alto valor agregado, com qualidade e rastreabilidade asseguradas, a empresa é referência no setor.


A linha de produtos Centroflora possui diversas apresentações e padronizações, abrangendo desde itens de menor complexidade tecnológica até os chamados farmoquímicos (>99%), que são considerados insumos farmacêuticos de alta pureza. Entre eles, destaque para os extratos botânicos padronizados para uso em fitoterápicos e em alimentos funcionais, óleos essenciais de grau farmacêutico, polpas de frutas desidratadas, além de ativos isolados de origem natural, como os sais de pilocarpina e a quercetina.

Para administrar toda a produção, o Grupo conta com uma ampla rede de distribuição, com presença em mais de setenta países e um grande volume de exportações. Mais de 60% das nossas vendas são exportações para os mercados mais desenvolvidos e exigentes do mundo. No mercado internacional, apesar de o principal produto exportado ser a pilocarpina (para uso farmacêutico), 80% do volume exportado é destinado ao segmento de nutracêuticos, em que se destacam, entre outros, os extratos de acerola, guaraná, açaí, erva mate e café verde.

Em âmbito nacional, somos considerados uma das principais no ramo e algumas plantas medicinais podem ser consideradas as responsáveis por toda essa evidência. No Brasil, a Centroflora ocupa uma posição de destaque no mercado de insumos farmacêuticos naturais, com destaque para a *Passiflora incarnata*, planta medicinal que possui efeito calmante e sedativo contra o nervosismo e os distúrbios do sono, e também para a *Cordia verbenácea*, planta medicinal brasileira utilizada como anti-inflamatório natural.

As unidades produtivas são subdivididas pelas Unidade de Secagem e Unidade de Extratos Vegetais, ambas em Botucatu, interior do estado de São Paulo, e pela Unidade Farmoquímica, em Parnaíba, no Piauí. A empresa conta ainda com uma área agrícola em Parnaíba, onde é cultivada a *Cordia verbenácea*, utilizada para a produção de um óleo que é o principal ingrediente da linha Acheflan, do laboratório brasileiro Aché.

Infelizmente, a legislação de acesso ao patrimônio genético, por muito tempo, foi um dos principais entraves para o desenvolvimento de fitoterápicos no Brasil. A MP 2.186-16/01 foi uma fonte de insegurança jurídica que ameaçava o desenvolvimento da indústria farmacêutica e de biotecnologia no País. Isso causou uma paralisação de quase uma década no desenvolvimento de tecnologias a partir da biodiversidade brasileira. Temos uma expectativa positiva em relação às mudanças no cenário, a partir da Lei 13.123, sancionada em 2015, que trouxe diversos avanços para a P&D baseada em biodiversidade. Apesar de todas essas melhorias, ainda existem pontos que precisam ser regulamentados. E a grande demora na implementação do sistema online também vem causando prejuízos ao setor.

O Brasil tem potencial para se tornar referência no desenvolvimento de fitomedicamentos embasados cientificamente e produzidos atendendo a altíssimos padrões de qualidade, a exemplo do que acontece em países como a Alemanha. Os fatos relatados acima nos animam, pois entendemos ser um elo de ligação entre o campo e o mercado, entre as florestas brasileiras e a inovação. Isso nos motiva a continuar sendo um agente de transformação, no sentido de trazer o potencial da biodiversidade brasileira para o mercado de medicamentos e alimentos funcionais, promovendo uma melhor qualidade de vida, com responsabilidade socioambiental. Transformar essa fantástica riqueza de nossa biodiversidade em produtos éticos e seguros talvez seja o melhor caminho para o País gerar propriedade intelectual brasileira - nossa grande carência. Porém, temos conhecimento de que esse caminho é longo e custoso, motivo pelo qual precisamos trazer mais interessados e formar uma grande nação inovadora. 



CELSO AMORIM ESTADO PRECISA INVESTIR PARA INDÚSTRIA DO PAÍS VOLTAR A CRESCER

Celso Amorim é diplomata de carreira desde os anos 1960 e, desde junho de 2016, dirige a Unitaid, uma central internacional para compra de medicamentos filiada à Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade procura melhorar o acesso de populações pobres ao tratamento contra as três principais doenças que as afligem: Aids, tuberculose e malária.

Em entrevista à FACTO, Amorim opina sobre as condições necessárias para que o Brasil volte a desenvolver-se. O embaixador brasileiro reforça a importância das compras

governamentais como indutoras de investimento e desenvolvimento e defende o tratamento especial para áreas consideradas estratégicas para o País.

Celso Amorim mantém essa posição de longa data. Defendeu os interesses nacionais ao longo da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), e participou ativamente da negociação da Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública em 2001, que garantiu a possibilidade dos países em desenvolvimento recorrerem a medicamentos genéricos para garantir a saúde de suas populações. Conseguiu, ainda, deixar o Brasil fora do acordo de compras públicas.

Mais tarde, foi ministro de Relações Exteriores nos governos Itamar Franco (1993-1995) e Lula (2003-2010), período em que lutou contra medidas TRIPs Plus. Seu último cargo público foi na direção do Ministério da Defesa, no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2015).

No comando do Itamaraty, foi responsável por uma política ativa e altiva. O ex-chanceler conduziu os diálogos que levaram o Brasil a assumir seu protagonismo na América Latina e renderam ao País projeção mundial ao lado de outras nações em desenvolvimento.

O governo acredita que, uma vez que a inflação e os juros caíam, o País atrairá investimentos privados brasileiros ou externos naturalmente por conta do mercado nacional. O senhor acredita nisso?

Não creio que o crescimento voltará automaticamente, embora alguma recuperação possa ocorrer. Para que haja crescimento sustentado, é necessário que a indústria brasileira ganhe competitividade. Além de câmbio favorável, isso exigirá investimento em pesquisa e desenvolvimento, seja diretamente pelo Estado, seja impulsionado por este. Para garantir taxas de crescimento a longo prazo, é essencial também aumentar a taxa de poupança da economia brasileira, diminuindo nossa dependência do investimento estrangeiro, que deve ter um papel complementar.

O senhor acha possível o País reindustrializar-se sem a interferência do Estado definindo uma clara e efetiva política industrial?

Acho que, para ter um desenvolvimento real, será necessário utilizar de forma inteligente o poder de compra do Estado, que tem um papel essencial na promoção dos setores de ponta. A indústria de Defesa pode ter importante função ao alavancar investimentos de alto conteúdo tecnológico. Se olharmos a história recente, um dos poucos setores de ponta em que o Brasil se destacou competitivamente foi a indústria aeronáutica, sobretudo por meio da Embraer. Esse avanço não teria existido sem o apoio decisivo do Estado brasileiro. A área da química fina também poderá beneficiar-se de políticas claras de utilização de medicamentos genéricos. O mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, a outras áreas de tecnologia avançada como a da tecnologia da informação.

Qual é, na sua avaliação, o papel desempenhado pela indústria em um programa de desenvolvimento econômico e social do Brasil?

A indústria deve ser um grande empregador de mão de obra e o motor do desenvolvimento tecnológico do País. Com o crescimento da indústria, o maior problema social que enfrentamos a curto prazo – o desemprego – será superado. Mas é evidente que outras medidas, como uma renda mínima e cotas que assegurem o acesso à educação sem discriminações (ainda que por vezes sutis) a todos os brasileiros, são também essenciais. Investimentos do Estado em educação (incluindo cultura), saúde e segurança são indispensáveis. Daí o absurdo da emenda que congelou as despesas do governo por vinte anos.

Na sua avaliação, uma política industrial deveria definir setores considerados estratégicos e, assim, merecer tratamento prioritário?

Sim, em termos de apoio direto do Estado. Tais setores deveriam ser escolhidos por trazerem maior benefício tecnológico ou permitir desenvolver processos produtivos compatíveis com a preservação e melhora do meio ambiente. O Brasil tem uma grande chance de ser um líder na área da tecnologia ambientalmente amigável, até mesmo em função de suas enormes necessidades. Mas é importante notar que uma política macroeconômica que privilegie o câmbio competitivo e não sucumba às tentações da “doença holandesa” [termo econômico que se refere à prioridade dada à exportação de recursos naturais em detrimento do setor industrial, que tende a parar de crescer ou até encolher] beneficiará praticamente todos os setores, com grande impacto no emprego.

Na política industrial de um país emergente como o Brasil há interesse em criar empresas públicas como garantia do desenvolvimento econômico soberano?

Sim. A Petrobras foi a grande impulsionadora de importantes setores industriais. Recentemente, serviu de alavanca para a retomada da indústria naval. Já citei o caso da Embraer. Uma indústria aeroespacial não se desenvolverá sem a presença do Estado. O mesmo ocorre em outras áreas ligadas à Defesa. Em outros casos, porém, em que a criatividade se expressa de forma dispersa como certos tipos de software, o papel do Estado deve ser o de indutor. No caso da indústria farmacêutica, pode haver um misto, com alguma presença direta do Estado e a indução de empreendimentos privados nacionais.





Foto: Arquivo pessoal

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS: PESQUISA, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO LOCAL

João Sereno Lammel | Conselheiro da Ourofino Agrociência

Um dos grandes gargalos enfrentados pelos fabricantes de defensivos agrícolas no Brasil é a demora e imprevisibilidade na obtenção de um novo registro de produto. A já conhecida morosidade nos processos impede o rápido avanço do mercado com produção local. A burocracia e concorrência dos produtos importados já formulados e isentos de tributos desestimulam a produção e os investimentos nacionais. Entretanto, mesmo com todas essas importantes adversidades, a Ourofino Agrociência tem investido e acreditado no Brasil, e possui uma das mais modernas fábricas do mundo.

Com alto índice de automação, tecnologia e produtividade, a empresa trabalha com velocidade e eficiência em todos os processos, visando oferecer soluções de alta qualidade e que excedam as expectativas dos clientes. A Ourofino Agrociência está focada em desenvolver produtos exclusivos e personalizados para a agricultura brasileira, levando em consideração solo, clima e umidade - fatores muito diferentes dos vivenciados pelos europeus e americanos.

O desenvolvimento da indústria requer investimentos constantes para a melhoria das tecnologias, produtos existentes e aumento de portfólio. As particularidades nacionais exigem formulações diferenciadas e pensadas para a realidade do produtor local. Nessa vertente, a Ourofino Agrociência avalia as necessidades e características da agricultura tropical para aprimorar o portfólio

e trazer mais conhecimento para a pesquisa aplicada nacionalmente.

Altamente competitivo e dinâmico, o mercado de defensivos agrícolas necessita ainda de foco na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), por isso as empresas sempre se preocupam em gerar novas soluções, por meio de exclusivas moléculas, misturas, formulações e técnicas de aplicação. Para a Ourofino Agrociência, essa máxima também é verdadeira, mas a diferença está ao aliar esse setor a processos de melhoria e dinâmicas em campo, além de elaborar estrategicamente a projeção de melhores resultados para o agricultor e a empresa em relação ao que já existe.

Com foco em excelência, a Ourofino mantém cerca de cinquenta profissionais nas áreas de PD&I e Registro Agrícola, parcerias com empresas de tecnologia, universidades e institutos, e proximidade com o produtor, por meio das equipes técnicas e comerciais que buscam entender quais as reais dificuldades no campo, como está o desenvolvimento nas lavouras e quais as tendências do mercado.

As demandas geradas pelo trabalho direto nas propriedades são analisadas pela equipe de gestão de projetos, que leva em consideração fatores como a situação de uso da molécula no Brasil e o desenvolvimento de protótipos de formulações, sempre de acordo com os parâmetros exigidos por lei. É uma atuação integrada e de grande responsabilidade social, ambiental e econômica. Ao final, todos os produtos são encaminhados para Brasília (DF), por meio de um dossiê, onde serão avaliados pelo Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa.

O trabalho de PD&I da Ourofino Agrociência tem como base um centro de pesquisas localizado em uma fazenda com mil hectares, em Guatapar (SP), credenciado pelo Ministério da Agricultura. Nesse centro, os novos produtos são colocados  prova em condies de campo e, assim, a emissão de laudos de eficiência do produto  realizada, trazendo agilidade e menor tempo para finalizao do dossiê para registro.

A Ourofino acredita que o segredo das companhias que se perpetuam ao longo do tempo  a capacidade de adaptao. Tanto que, além da fazenda experimental, a empresa possui uma indústria localizada em Uberaba (MG) e escritórios situados nas cidades de Xangai (China) e Ribeirão Preto (SP). As locaes estratégicas não são  toa; estar no mercado de defensivos exige uma sólida estrutura de capital e logística.



Ainda, como estratégia de mercado, a Ourofino Agrociência vai além de fabricar solues inovadoras. Ela oferece assistência técnica e treinamentos em campo sobre produtos, pragas e manejo de culturas. A proximidade entre profissionais e clientes  um ponto de constante ateno e preocupao entre todos os gestores, uma vez que o relacionamento com os clientes  definido como um pilar fundamental para o sucesso do negócio.

Outra preocupao que deve ser inerente às fabricantes de defensivos agrícolas  o descarte correto das embalagens utilizadas. A Ourofino Agrociência, por meio de uma parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), auxilia e orienta os produtores quanto  devoluo correta das embalagens e invólucros vazios. Em todas as notas fiscais emitidas na fábrica, por exemplo, estão descritos os endereços das Unidades de Recebimento, instaladas em todo o País.

TECNOLOGIA


Hoje a empresa possui 28 produtos no portfólio e mais de dez estão submetidos para registro, com expectativa de chegarem ao mercado nos próximos cinco anos. São herbicidas, fungicidas, inseticidas e maturadores, principalmente para cana-de-aocar, soja, milho e algodão.

Outra novidade  a linha de produtos biológicos (bioinseticidas, bioherbicidas, biofungicidas, entre outros). A empresa possui um acordo de cooperao com a Embrapa para agilizar a chegada ao mercado dessas formulaes e atender às necessidades dos produtores nacionais de forma sustentável.

RESULTADOS

Para continuar crescendo e atingir uma participao significativa no mercado de defensivos agrícolas, a Ourofino Agrociência conta com uma forte presença da equipe comercial no campo, em um trabalho de conquista de novos clientes e fidelizao dos antigos. Ainda, mantém-se focada na ampliao da relao com outros clientes-empresas do segmento, que resultam no trabalho de terceirizao. Além disso, a Ourofino faz questão de fortalecer a participao em cooperativas, as quais contam com o apoio da linha de crédito rural para reduzir o prazo de recebimento.

A competitividade enfrentada no mercado de defensivos agrícolas faz com que a empresa busque por melhorias constantes em operaes, portfólio, estrutura de crédito, empregabilidade de profissionais com alto know-how de mercado, e pesquisas e formulaes inovadoras.

O resultado acontece em longo prazo, pois a Ourofino Agrociência acredita que o sucesso obtido no segmento  fruto de diversas aes estratégicas feitas durante toda sua história. O crescimento exponencial da empresa, num setor tão adverso e competitivo, demonstra que a sinergia de todos os seus departamentos colabora para o desenvolvimento sustentável de um agronegócio tipicamente brasileiro. 



MATÉRIA POLÍTICA

REINDUSTRIALIZAÇÃO: O RUMO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Combalida pelos efeitos de uma crise internacional ainda em curso, fragilizada por distorções estruturais que degeneraram numa grave desindustrialização e, mais recentemente, castigada pela pior recessão de sua história, a economia brasileira vive um momento dramático. Em que pesem as mensagens de otimismo do novo governo, a dupla dimensão econômica e política da crise atual representa um enorme obstáculo à retomada do desenvolvimento.

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, assinala que as raízes do problema datam de mais de duas décadas, quando as condições para a retomada dos investimentos privados no País começaram a ser corroídas. “Desde 1994 a economia brasileira enfrenta uma quase-estagnação, decorrente de juros muito acima dos praticados em países do mesmo nível de desenvolvimento que o Brasil e de uma taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo e ciclicamente. Essa armadilha macroeconômica de juros altos e câmbio sobreapreciado torna as boas empresas industriais não competitivas e, assim, inviabiliza o investimento privado tanto nacional quanto estrangeiro”.

Os números contam a história do desmonte da indústria. Segundo o conselheiro da ABIFINA Marcos Oliveira, “a perda da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro não é nova. Os primeiros alertas sobre esse fenômeno foram dados há mais de dez anos, quando a participação estava no nível de 17,6%, e desde então não parou de cair, atingindo 11,4% em 2016, mesmo nível de 1947. Para piorar o quadro, a inserção de conteúdo importado na produção industrial brasileira saltou de aproximadamente 16% em 2003 para 24% em 2016. A política cambial do período, mantendo o Real permanentemente supervalorizado, foi uma das principais, senão a principal responsável pela perda de dinamismo da indústria e pelo incremento persistente da importação de bens industriais. A sobrevalorização foi reduzida em anos recentes, mas não eliminada”.

RETOMADA DO CRESCIMENTO ESTÁ FORA DO RADAR

Em recente entrevista ao portal G1, o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rafael Cagnin, traçou um quadro realista das perspectivas do setor: “Não estamos numa recuperação ainda. O movimento atual é de estancamento da crise, com alguns componentes positivos e uma base de comparação muito baixa. No primeiro trimestre de 2017, contra o último de 2016, houve queda de 0,7%, com todas as grandes categorias em queda. Uma coisa é parar de piorar, outra é voltar a crescer”.

Quem tirou a indústria do vermelho na virada de 2016 foi o setor extrativo, que se beneficiou do boom de exportações ocorrido nos primeiros meses de 2017 e cresceu nada menos do que 8,2%, esclarece o economista. “Na outra ponta está a indústria de transformação, que continua no campo negativo e tem o maior déficit da balança comercial. A indústria de transformação continua em queda, não há recuperação”. Ele recorda que é próprio da dinâmica de ciclos a alternância entre crescimento, queda e retomada da economia, “mas a amplitude de cada uma dessas etapas não é previsível. Parar de cair não quer dizer que vamos voltar a crescer. Podemos ficar presos no fundo do poço por mais tempo. Dado o tamanho da queda e a dificuldade financeira das empresas, é preocupante”.

Mesmo assim, o atual governo acredita que, após a queda da inflação e dos juros, investimentos privados ocorrerão naturalmente, atraídos pelo tamanho do mercado brasileiro. Esse otimismo, de acordo com todos os especialistas entrevistados, é um exagero. Para o economista e ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, “historicamente foi o mercado interno brasileiro que atraiu significativos investimentos do resto do mundo - predominantemente norte-americanos, secundariamente europeus e terciariamente japoneses. E o Brasil, como teve uma postura não restritiva à entrada de capitais, acumulou participações muito significativas desses capitais. Esse capital de origem estrangeira, assim como o capital nacional, investe em função de expectativas de lucros, e não sei se hoje as empresas estrangeiras instaladas no Brasil têm expectativas de lucro muito favoráveis em relação ao futuro. No mínimo, elas devem ter muitas dúvidas a respeito. Não creio na perspectiva de uma retomada significativa de investimentos estrangeiros baseada na nossa demanda interna”.

No mesmo tom pessimista, o economista e professor da PUC-SP Antonio Corrêa de Lacerda considera “pouco provável que apenas a sinalização do propalado ‘ajuste fiscal’ e o discurso das reformas sejam suficientes para a retomada. É um equívoco ao qual o Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman chama de ‘fábula da Fada da Confiança’. Não há precedente histórico que confirme tal hipótese. Seria inédito se de fato isso ocorresse no Brasil, lembrando que vários outros fatores dificultam a retomada - tanto fatores macro-

econômicos, tais como juros elevados, Real artificialmente valorizado e limitação de investimentos públicos, quanto outros ligados à questão da competitividade”.

A complexidade dos fatores envolvidos na retomada do crescimento econômico também é destacada por Marcos Oliveira. Segundo ele, “as quedas da inflação e dos juros são certamente variáveis importantes, mas creio que avaliar as perspectivas brasileiras de reindustrialização baseando-se apenas nelas é simplificar demais o problema. Há que se examinar o nível e a tendência da demanda agregada, ou seja, o mercado consumidor no País, e os rumos da macro-política econômica do governo”.

**“NÃO SEI SE HOJE AS EMPRESAS
ESTRANGEIRAS INSTALADAS
NO BRASIL TÊM EXPECTATIVAS
DE LUCRO MUITO FAVORÁVEIS
EM RELAÇÃO AO FUTURO. NO
MÍNIMO ELAS DEVEM TER MUITAS
DÚVIDAS A RESPEITO”**

CARLOS LESSA

O conselheiro da ABIFINA chama atenção para a tendência de queda do poder de compra do consumidor brasileiro. “O mercado consumidor é um fator básico para o esforço de reindustrialização e merece uma atenção especial. Como nossa competitividade para exportar é baixa, a recuperação da produção industrial vai depender substancialmente do mercado interno, e o Brasil tem aí um problema grave diante das tendências da política do atual governo para o enfrentamento da crise financeira do Estado. O problema da diminuição do poder de compra é sério, seja no âmbito do mercado privado, seja na esfera do mercado governamental. O Brasil tem hoje cerca de 14 milhões de desempregados e a renda das famílias está em queda acentuada. As políticas desenhadas pelo atual governo, mudanças na Seguridade Social e nas relações trabalhistas tendem a agravar o problema da perda de poder aquisitivo das famílias. No caso do poder de compra do Estado, o problema não é menor. O orçamento para 2017, o primeiro depois da limitação legal dos gastos governamentais, foi aprovado com um déficit de R\$ 139 bilhões, apesar dos cortes feitos nas verbas de custeio, distribuídas por todos os ministérios. O valor global do orçamento é de R\$ 3,5 trilhões, dos quais R\$ 946,4 bilhões são destinados somente para o pagamento dos encargos da dívida pública”.

Diante destes números, Oliveira conclui que “fica difícil acreditar numa recuperação da produção industrial baseada no mercado interno sem um reordenamento da política

econômica do governo. Ela deveria ser orientada, em primeiro lugar, para a recuperação do poder de investimento do Estado via redução dos custos de rolagem da dívida e redistribuição da carga tributária e, em segundo lugar, para uma política redistributiva de renda”.

“FICA DIFÍCIL ACREDITAR EM RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BASEADA NO MERCADO INTERNO SEM UM REORDENAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO”

MARCOS OLIVEIRA

O problema dos altos juros, na opinião de Marcos Oliveira, precisa ser atacado com urgência. “A dívida pública federal encerrou fevereiro no valor de R\$ 3,13 trilhões, com um custo médio do estoque da ordem de 11%. Cerca de 60% dessa dívida está atrelada à Selic e a outros indicadores flutuantes. Com a inflação atingindo o nível de 4%, recessão de 7% do PIB nos últimos dois anos e um nível de desemprego elevado, não parece haver nenhuma razão para manter os juros reais num nível tão alto. Um corte acentuado na Selic traria uma redução nos gastos financeiros do governo que aliviaria o déficit orçamentário previsto”.

A segunda via para a recuperação do poder de compra do Estado, de acordo com Oliveira, seria uma revisão tributária. “Repete-se o mantra de que a carga tributária brasileira é elevada, o que é discutível. Mas o pior é que ela é pessimamente distribuída, onerando mais as camadas de menor renda da população, exatamente aquelas que poderiam ter um papel mais relevante na recuperação econômica do País. Há anos que o governo não corrige as alíquotas do Imposto de Renda e sua faixa de isenção, o que, num ambiente de inflação elevada, significa aumento do tributo. O Brasil é um dos países que mais taxam bens e serviços e um dos que têm a menor taxa sobre rendas. Uma redistribuição destas taxas com foco na tributação das rendas, lucros e capital daria uma substancial contribuição para a melhoria do poder de compra da população de mais baixa renda sem necessariamente aumentar a carga tributária total”.

Outra medida sugerida pelo conselheiro da ABIFINA para que o Estado possa recuperar seu poder de atuação em prol do desenvolvimento seria utilizar uma fração das reservas internacionais do País. “O Brasil tem hoje reservas da ordem de US\$ 375 bilhões, suficientes para cobrir o volume de suas importações por mais de 32 meses, considerando-se o volume de importações de 2016. Isso é um exagero, além de significar um custo para as contas governamentais. O governo poderia confortavelmente lançar mão de US\$ 25 a 30 bilhões dessas reservas para reduzir

o déficit fiscal e permitir a recuperação de seu poder de compra e de investimento”.

Para o diretor geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolsky, o problema da retomada do desenvolvimento econômico e social do País transcende a questão do estabelecimento de parâmetros macroeconômicos competitivos. Ele acredita que uma eventual reativação dos investimentos motivada pelo tamanho do mercado consumidor “não é necessariamente o melhor custo/benefício para um país emergente. É claro que em alguma medida isso ocorrerá, mas será sempre após a busca por modos em que a eficácia do menor investimento possível seja a maior. Isso em geral significa importação dos componentes e uso de RH de montagem simples, agregando o mínimo de valor, principalmente quando já dominada uma parcela do mercado ou quando os competidores locais forem débeis nas funcionalidades agregadas ou qualidades. Esse tipo de investimento gera baixo crescimento do PIB e pouco afeta a exportação, além de criar dependência tecnológica, pois o centro de desenvolvimento de inovações fica fora do País e torna-se um regulador da eficácia da operação e do lucro. É o modelo seguido principalmente pelas indústrias de artigos duráveis de consumo, como a indústria automobilística, de celulares, tablets, computadores e outros segmentos da indústria eletrônica. Além da montagem, a indústria local tenderia a restringir-se às primeiras e mais simples transformações das matérias primas locais, tanto minerais e químicas quanto animais e vegetais. Sendo basicamente *commodities*, o resultado acaba sendo uma baixa produtividade e competitividade da economia”.

REPENSANDO OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Pela sua capacidade de gerar valor agregado e de integrar os demais macrossetores como agropecuária e serviços, o setor industrial pode, segundo Corrêa de Lacerda, viabilizar o *catching up* da economia brasileira. “Não se trata, como pensam equivocadamente alguns, de uma demanda setorial corporativa. A indústria é fundamental para o desenvolvimento do País. Também isso não significa a necessidade de escolher entre a indústria e outros setores, mas de criar complementaridade. Poucos países no mundo podem desenvolver-se simultaneamente em diversos setores, mas o Brasil pode, por possuir economia de escala para tal”.

Por outro lado, a ideia de que uma política industrial é condição suficiente para a reversão do processo de desindustrialização do País está longe de ser um consenso entre os entrevistados. Corrêa de Lacerda, que tem debatido regularmente esse tema com um grupo de economistas (www.reindustrializacao.com.br), considera que a retomada “depende tanto de fatores macroeconômicos favoráveis, como juros compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos, taxa de câmbio de equilíbrio industrial e uma política de

investimentos públicos, quanto de um conjunto de políticas de competitividade, envolvendo políticas industrial, comercial e de inovação. É esse o aparato de políticas de Estado que pode criar um ambiente propício à reindustrialização”.

Bresser-Pereira, da mesma forma, entende que a política mais importante para estimular a indústria é a de preços macroeconômicos. “Interferência do Estado através de uma política industrial é desejável, mas não é, em absoluto, a principal política governamental com capacidade para reindustrializar o País. A política industrial adotada pelo governo do PT (na verdade, três políticas, todas bem estruturadas) é como enxugar gelo. A principal política de desenvolvimento é acertar os cinco preços macroeconômicos: a taxa de câmbio deve ser competitiva porque torna competitivas as empresas de bens comercializáveis não-*commodity*; a taxa de juros deve ser baixa; a taxa de lucro do empresário (taxa de lucro esperada menos taxa de juros) deve ser satisfatória; a taxa de salários deve crescer com a produtividade; a taxa de inflação deve ser baixa. Deixar por conta do mercado a economia de um país em desenvolvimento que tem recursos naturais abundantes e baratos é condená-lo a uma doença holandesa, ou seja, ao câmbio sobreapreciado no longo prazo. O Brasil só cresceu extraordinariamente entre 1930 e 1980 graças a uma política macroeconômica que neutralizava a doença holandesa e tornava a taxa de câmbio geralmente competitiva”.

Marcos Oliveira também considera que o fomento às atividades industriais precisa inserir-se no contexto mais amplo de uma política de desenvolvimento, mas acredita que falhas de gestão explicam, em parte, por que as iniciativas de política industrial dos governos do PT não produziram resultados expressivos na balança comercial da indústria. “A ação do Estado formulando uma política industrial cujas diretrizes sejam obrigatórias para órgãos estatais e indicativas para o setor privado é certamente fundamental para a retomada da industrialização do País. O Brasil teve, nos últimos quinze anos, várias políticas industriais, quase todas claudicantes não necessariamente na sua formulação, mas sim na sua implementação. A atuação dos entes governamentais envolvidos não teve um controle efetivo, a coordenação foi frouxa, propiciando a que os diversos ministérios e agências tivessem suas prioridades próprias, não raro conflitantes. A política industrial deve ser formulada dentro do contexto mais amplo de uma política global de desenvolvimento do País, permitindo assim uma amarração mais forte entre os vários setores da economia e as necessidades sociais da população. Uma política de desenvolvimento da nação envolve um grande e diversificado número de objetivos. A eficácia e a eficiência na execução da política exigem que prioridades sejam alocadas para todos os setores, e o setor industrial não é diferente”.

Para Carlos Lessa, é importante reconhecer que nenhum dos ciclos de industrialização vividos pelo País até hoje nos retirou da condição de periferia mundial. “Penso que o Brasil é, ao nível da periferia mundial, a experiência mais

avançada de desenvolvimento conhecida. Os processos que o Brasil vive são de vanguarda, porque estamos à frente do tempo histórico na periferia mundial sem deixarmos de estar na periferia. Esse é um ponto que acho fundamental na reflexão sobre o papel da indústria. O intenso desenvolvimento industrial que tivemos no Brasil não nos retirou da condição de periferia mundial. Basta olhar as exportações brasileiras, concentradas em soja, minério e ferro e outros produtos primários. Na verdade, o Brasil não conseguiu entrar no mercado mundial de bens industriais. A industrialização não foi capaz de superar a nossa situação periférica, embora tenha nos colocado em uma posição de vanguarda mundial nessa periferia”.

“DEIXAR POR CONTA DO MERCADO A ECONOMIA DE UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO QUE TEM RECURSOS NATURAIS ABUNDANTES E BARATOS É CONDENÁ-LO A UMA DOENÇA HOLANDESA, OU SEJA, AO CÂMBIO SOBREPREENCIADO NO LONGO PRAZO”

BRESSER-PEREIRA

Sendo a indústria, como lembra Marcos Oliveira, “o setor da economia mais ativo na rota da inovação tecnológica e, portanto, essencial para o processo de desenvolvimento”, o diagnóstico de Lessa nos reporta, inevitavelmente, ao problema da defasagem tecnológica brasileira. Por isso, Roberto Nicosky somente aposta na política industrial como um caminho para o desenvolvimento econômico sustentável se ela for duradoura, contínua e articulada com o desenvolvimento tecnológico. “O crescimento espontâneo será sempre no interesse das empresas globalizadas para abastecimento local ou produção de *commodities*. O único processo comprovado de desenvolvimento da indústria para uma matriz diversificada e internacionalmente competitiva em um país emergente, capaz de propiciar um crescimento autônomo e continuado da economia, é aquele representado por uma política industrial duradoura e contínua. Essa política pública deve ser moldada no desenvolvimento de tecnologia própria, pela elevada taxa de agregação de inovações tecnológicas através do compartilhamento do risco tecnológico entre Estado e empresa. Assim fizeram as economias emergentes de rápido crescimento do sudeste asiático após a Segunda Guerra Mundial - Japão, Coreia do Sul e Taiwan - e, pouco depois, a China. E assim também estão fazendo agora diversos outros países, com destaque para a Índia, um país mais complexo e contraditório que o Brasil, mas que está crescendo a uma taxa média três vezes maior do que a nossa pela via da sua indústria física e a de programas computacionais, com clara seleção setorial. As economias ricas da Europa, bem como os Estados Uni-

dos, não servem de exemplos para países emergentes, por tratarem-se de formações históricas muito diferentes”.

O desenvolvimento econômico e social de um país com as dimensões e a população do Brasil só é viável, no entender de Nicolsky, com um forte crescimento da indústria, “pois no desenvolvimento de sua tecnologia e produção residem os bons empregos que vão gerar demanda crescente de formação técnica e superior e, assim, distribuir renda com efetividade e permanência. Até mesmo países pequenos em território e população que vivem de *commodities* já aprenderam que precisam acumular fundos soberanos para mitigar os riscos da volatilidade dos preços no mercado internacional”.

A questão de quais políticas públicas devem ser adotadas para induzir o desenvolvimento industrial depende, na opinião de Carlos Lessa, da superação de uma crise de identidade nacional envolvendo o papel do Estado na economia. “Acho que os episódios do presente são desdobramentos de uma crise que o Brasil está vivendo há algum tempo, e a discussão sobre o Estado faz parte dessa crise. Espero que essa discussão defina com razoável clareza o papel potencial e institucional que o Estado brasileiro deve desempenhar no nosso futuro. No momento eu diria que é pura potencialidade, porque não há nenhum projeto nacional em discussão. Acho que o Estado é fundamental para construir um futuro, porém esse futuro tem que estar no imaginário do corpo social. Qual é, hoje, o imaginário do nosso corpo social a respeito do Brasil? Eu não sei. A única coisa que posso afirmar é que essa crise vai nos levar inexoravelmente a uma discussão sobre o País, que não começou ainda, porque hoje os discursos estão polarizados entre duas escolhas afetivas conflitantes, sem que haja um projeto perfilado do Brasil de amanhã. Tenho absoluta certeza de que é impossível construir esse futuro sem o Estado, porém, somente com base no Estado, também não se constrói. O futuro exige um forte sentimento nacional em torno de um projeto de afirmação coletiva, e esse projeto nos falta agora”.

O PAPEL DO ESTADO: PLANEJADOR OU EMPREENDEDOR?

Assim como Lessa, Corrêa de Lacerda considera preocupante a carência, no Brasil atual, de um projeto de nação. “Dentro dele é indispensável a definição do papel da indústria e de como nos posicionarmos frente aos desafios atuais, a exemplo da desindustrialização experimentada pelo Brasil, e futuros, como a quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, que contempla a nanotecnologia, a robótica, a internet das coisas etc. Definir prioridades é importante, porque quem não tem prioridade acaba dispersando-se em muitos objetivos, o que inviabiliza ou dificulta o seu alcance”.

Na percepção de Bresser-Pereira, as prioridades estratégicas de uma política industrial devem ser voltadas para “apoiar setores ou empresas que podem vir a ser competi-

tivos, mas precisam de um empurrão inicial. E é necessária uma política tecnológica permanente”. Roberto Nicolsky, igualmente, ressalta a importância da definição de prioridades, pois “é muito difícil um país ter vantagens comparativas na produção de todos os produtos de que necessita. Nem mesmo a maior e mais completa economia é autossuficiente. Portanto, a política industrial precisa estimular o desenvolvimento dos artigos para os quais se está mais vocacionado, tomando como padrão a competitividade internacional. É claro que essa escolha deve ser por setores e não por empresas e precisa ter caráter dinâmico para um permanente ajuste de curso, posto que as condições do mercado mundial mudam ao longo do tempo e em função da reação dos demais competidores. Há também a condição excepcional de setores que assumem posição estratégica em algum momento e por razões diversas, podendo merecer prioridade desde que objetivem alcançar competitividade internacional”.

Para Carlos Lessa, a definição de prioridades pelo Estado deve levar em conta o cenário atual da infraestrutura social brasileira. “Uma das coisas que devemos pensar de maneira extremamente rigorosa é: o Brasil é uma economia urbana/urbanizada? Sim. É uma urbanização que apresenta algumas características estruturais complicadas, claro. A principal delas é a internalização na metrópole dos clássicos problemas sociais do passado. É inquestionável que o problema brasileiro não é mais um problema no campo, é um problema na metrópole, é um problema urbano. Então, a pergunta relevante é a seguinte: levando em conta esse funcionamento da metrópole brasileira, qual é o elemento central? Eu diria que o elemento central é a industrialização por meio da instalação local, em massa, de filiais das empresas estrangeiras de todas as economias líderes do mundo. Exemplos disso são a indústria automobilística e a metal mecânica em geral. O lado preocupante é que, na prática, a poupança interna nacional, ou uma parcela colossal dela, fica comprometida com a ampliação da frota de veículos automotores. Essa ampliação traz a vantagem de gerar empregos desde o flanelinha até o engenheiro de projeto, passando pelo operário ultra especializado. Porém, de outro lado, inquestionavelmente limita, freia e determina toda a estrutura dos investimentos urbanos e o modo pelo qual a cidade se comporta. Então, temos a seguinte situação muito complicada: nenhuma política pode desconhecer o imenso peso estratégico da indústria metal mecânica instalada no Brasil. Porém, ao mesmo tempo, mantê-la tal qual está é empurrar uma situação precária para o futuro do País. Então, temos que diminuir o peso relativo dessa presença”.

A melhor maneira de efetuar essa delicada transição sem traumas, na opinião de Lessa, é definir outras prioridades de política industrial que mobilizem a indústria metal mecânica, desatrelando-a do setor automobilístico. “Só consigo imaginar uma que corresponda aos anseios da população, às possibilidades de atuação do Estado e às características futuras desejáveis para o Brasil, que é a indústria da construção residencial. Acho que o sonho da casa própria é

acalentado por toda e qualquer família brasileira, mesmo se a 'família' se resume a um indivíduo solitário, porque até ele precisa de um espaço para se isolar. Não consigo imaginar nada mais relevante para a vida futura do brasileiro do que robustecer a ideia de que toda e qualquer família deve ter acesso à casa própria”.

Nessa opção Lessa enxerga grandes vantagens: “Seria uma bandeira que faria sentido na metrópole, desde o seu miolo até a periferia, faria sentido na cidade de porte médio, na pequena vila e ainda num simples lugarejo. Em todos os lugares onde haja aglomeração de brasileiros, esse sonho seria um denominador comum para superar a ânsia do veículo próprio. Creio que todas as questões associadas à qualidade de vida passam de alguma maneira pelo espaço próprio da residência”.

“O ÚNICO PROCESSO COMPROVADO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PARA UMA MATRIZ DIVERSIFICADA E INTERNACIONALMENTE COMPETITIVA EM PAÍIS EMERGENTE É UMA POLÍTICA INDUSTRIAL DURADOURA E CONTÍNUA”

ROBERTO NICOLSKY

A atividade da construção civil pode ser pensada sob dois diferentes ângulos, no entender do ex-presidente do BNDES. “Por um lado ela é atividade mercantil, capitalista, transformação de valores, gera um volume significativo de empregos qualificados e atividades econômicas correlatas. Por outro, pode ser uma atividade de natureza quase artesanal. No sonho da casa própria eu vejo uma compatibilidade particularmente interessante e estimulante entre o chamado desenvolvimento mercantil da empresa de construção civil e o desenvolvimento artesanal da construção consorciada popular. Acho que as duas têm repercussões ao nível das indústrias de suporte, tais como cimento, aço de construção, cerâmicas, tintas, pregos, cravos, todos esses segmentos onde a indústria nacional ainda é relevante. Penso que a mobilização de um projeto nacional em torno da ideia da residência própria vai nos ajudar a repensar e recolocar a questão da cidade, desde o seu cotidiano imediato até suas perspectivas de desenvolvimento estrutural futuro, restaurando a visão de planejamento de longo prazo”.

Até que ponto a política industrial de um país emergente pode prescindir do Estado empreendedor? A essa controvertida questão Corrêa de Lacerda responde que “é preciso sair da armadilha de como essa dualidade é equivocada-

mente colocada no Brasil: Estado x mercado, universidade x empresa, empresa nacional x estrangeira. Na verdade há espaço para todos e só a integração é que nos permitirá vencer os desafios. Portanto, para além de falsas dicotomias, é preciso criar um plano de desenvolvimento que supere o conforto do rentismo, dos ganhos fáceis no mercado financeiro - algo insustentável no longo prazo. Daí a premência de tratarmos de políticas de desenvolvimento que viabilizem o crescimento de longo prazo, a diminuição sistemática das desigualdades e a criação de oportunidades”.

Segundo Marcos Oliveira, embora a participação do Estado na atividade econômica deva ser quase sempre planejadora e controladora, ou normativa, “há instâncias em que sua participação como executor é importante. Diferentemente do investidor privado, que tem suas prioridades de investimento orientadas pela maximização do lucro e minimização do risco, o Estado deve orientar os investimentos pelo seu significado estratégico para a economia como um todo. Assim, investimentos em infraestrutura, geralmente elevados e com longo prazo de maturação, isto é, de retorno do capital investido, devem ser preferencialmente exercidos pelo Estado. Da mesma forma, investimentos em atividades de alto risco, como as geradoras de pesquisa tecnológica básica, ou investimentos em setores ou tecnologias pioneiras, sempre se beneficiaram por serem conduzidos por empresas do Estado, pelo menos durante as fases iniciais de sua maturação no País”.

O diretor da Protec não atribui a mesma importância à empresa estatal. Nicolsky admite apenas que “podem ocorrer situações atípicas em que seja eficiente assegurar, por um tempo finito, que uma empresa pública, ou tornada pública (como foi o caso da GM na crise de 2008), possa ser garantidora do crescimento de seu setor ou produto e contribuir para o soberano desenvolvimento econômico do País”.

Para Bresser-Pereira, “o Estado deve coordenar ou planejar o setor não competitivo da economia, particularmente a infraestrutura e a indústria de base. E deve ser responsável por entre 20 e 25% do investimento total do País. Essa segunda alternativa depende de o Estado realizar uma poupança pública – um objetivo que é distante neste momento, dados os erros cometidos, primeiro entre 2011 e 2014, de expansão fiscal, e desde 2015, no sentido inverso, de corte dos investimentos públicos. Por outro lado, os capitalistas rentistas têm capital acumulado muito grande e não sabem o que fazer com ele. Logo, é preciso contar com o investimento privado nessas áreas, mas sob estrito controle do Estado”.

Parece ser consenso entre os economistas preocupados com o desenvolvimento e o futuro do País a ideia de que a escalada do rentismo precisa ser contida. Nas palavras de Bresser-Pereira, “desenvolvimento econômico é sofisticação produtiva, é transferir mão de obra para setores com maior valor adicionado por pessoa, que pagam melhores salários. É, portanto, industrializar o País. Não há desenvolvimento econômico sem industrialização”



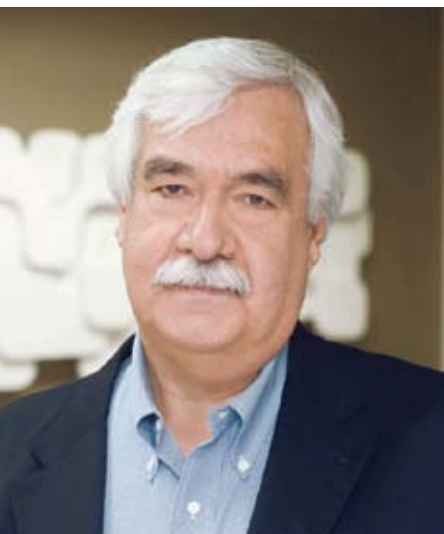


Foto: André Telles

A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NACIONAL

Dante Alario Junior | CSO - Presidente Técnico Científico da Biolab Farmacêutica

A pós anos e anos batendo na mesma tecla, ou seja, na necessidade e na importância de a indústria farmacêutica, principalmente a nacional, ter seus próprios desenvolvimentos inovadores, fico extremamente satisfeito em dizer que para várias empresas isso já é uma realidade. É fato que algumas já estão bastante adiantadas (inclusive desenhando novas moléculas) e outras em estágios anteriores, mas todas fazendo inovações.

Também disse, inúmeras vezes, que os medicamentos genéricos foram muito importantes, como uma nova oportunidade de negócios que se abria à indústria, e também para o governo, que os utiliza para aumentar o acesso da população aos medicamentos.

Sei que, ao dizer o que segue no parágrafo abaixo, pessoas me olharão de soslaio, como se fosse suspeito e contrário aos interesses nacionais. Como contra-argumento, uso a história de minha vida profissional e pessoal. Sintam-se à vontade para perguntar. A verdade é que, se os genéricos serviram e servem para justificar alguns aspectos positivos já citados, eles não possibilitaram qualquer salto tecnológico mais expressivo - a não ser termos aprendido a fazer bioequivalência. Como esse aprendizado já aconteceu, os genéricos nada mais têm a acrescentar para a indústria em termos de conhecimento. Como consequência, só resta um caminho a ser trilhado, o da inovação tecnológica, em que não se dá apenas um salto, pois trata-se de um processo que só tem início, mas não tem fim. Ou seja, a agregação de conhecimento e de resultados é de tal ordem que a indústria que se inicia nesse processo dificilmente o interromperá, a não ser por motivos imperiosos.

No entanto, os caminhos da inovação no Brasil ainda são áridos, mal planejados e sem continuidade. Vive-se de solução em solução, com muitos sustos assaltando o trabalho de quem

milita na área. Algo que já disse, mas não custa repetir, pois ainda há áreas nas universidades que não aceitam este posicionamento: há que se iniciar com inovações mais simples e, à medida que se adicionam conhecimentos mais complexos, ir elevando o nível dessas inovações incrementais. Chegará um ponto em que a indústria farmacêutica, por todo o conhecimento adquirido, poderá optar pelo salto maior, que é o da inovação radical, através da criação de novas moléculas. E também terá sempre como uma boa opção permanecer e especializar-se em inovação incremental.

Já para a inovação radical, todas as áreas das universidades aplaudem. Não há vozes contrárias. Porém, é preciso entender que, para alfabetizar uma criança, não se dá a ela um artigo escrito por Ruy Barbosa e pede-se para que o leia. Ao menos no meu tempo, aprendi a ler adicionando-se a uma consoante, por exemplo, a letra “d”, as várias vogais e ficava assim: d + a = da, d + e = de, e assim por diante. Havia uma gradualidade na alfabetização, que culminava anos mais tarde em leitura e entendimento dos mais complexos textos. Na inovação não é diferente, ou seja, inicia-se com as mais simples incrementais, alcança-se as mais sofisticadas e chega-se às radicais, que é o último estágio da inovação.

A maioria das indústrias farmacêuticas nacionais encontra-se nesse primeiro estágio de aprendizado incremental. Há, portanto, um longo caminho a percorrer, uma infinidade de conhecimentos a agregar e muito a investir. Nesse longo caminho a percorrer, a indústria depara-se com inúmeras dificuldades que, lamentavelmente, não são reconhecidas pelas áreas governamentais e assim permanecem sem as soluções necessárias. Citamos algumas:

▶ Iniciando pela área ministerial, não há qualquer ação conjunta entre os vários ministérios no tocante à inovação. Mas fala-se muito sobre o tema. Segundo meu caro amigo Nelson Brasil, da ABIFINA, precisamos de menos estudos e diagnósticos e mais “fazimento”. Execução é a palavra dos que querem fazer e não apenas diagnosticar. Segundo outro amigo, Sergio Sacurai, quem sabe faz e quem não sabe discursa.

▶ Não há programas de financiamento a fundo perdido, a não ser quando os valores são endereçados às universidades, mas essa é uma situação onde a indústria perde o controle do projeto e isso não nos interessa.

▶ Não há um projeto de longo prazo para que se viabilize a inovação no Brasil e mais e mais empresas passem a praticá-la. São programas de governo e não de Estado. Mas a visão dos políticos só alcança até a próxima eleição, prazo muito curto para um projeto que, como já disse, só tem começo e não tem fim, devido à sua importância e essencialidade para o País e para as indústrias.

▶ As universidades preparam seus alunos para a pesquisa científica e não para a pesquisa aplicada. Quando lá buscamos nossos colaboradores, há que prepará-los (alguns anos mais) para as novas funções. Ou seja, os currículos das faculdades devem ser adequados às novas necessidades dos segmentos produtivos. Não falo só em adequação técnica, mas também sobre administração, mercado, legislação e empreendedorismo, caso algum acadêmico queira fazer voo solo. E por que não?

▶ Os processos de compras de equipamentos, intermediários, padrões e reagentes em pequena escala (bancada e piloto) são desesperadores de tão lentos. Quando o produto não tem estoque no Brasil (a maioria), entre a emissão do pedido até a chegada na fábrica transcorre de 90 a 150 dias. Para quem faz pesquisa, esse prazo é inaceitável.

▶ Quando há necessidade de ensaios pré-clínicos, muitos ainda não são feitos aqui. Muito bem, recorre-se ao exterior. Aí vem outra surpresa desagradável: quando se faz lá fora, há um acréscimo de quase 40% no valor da prestação de serviço, correspondendo a taxas e impostos de algo que o Brasil ainda não oferece para quem precisa. Somente recentemente dois centros (Santa Catarina, do professor João Batista Calixto, e Ceará, dos professores Odorico de Moraes e Elisabeth de Moraes) iniciaram uma prestação de serviços mais próxima do que a pesquisa na indústria necessita. Que tenham o sucesso que merecem pela brutal luta empreendida até chegarem ao que hoje são. Mas não é o suficiente.

▶ Quanto às fases clínicas I e II, estamos dando os primeiros passos por nossa conta, pois aquilo que executam aqui é desenhado lá fora - somos apenas "um braço" na pesquisa. É mais um aprendizado. Já na fase clínica III, o Brasil possui boa competência.

▶ Segue-se agora à ação da Anvisa, que é o órgão governamental onde se registra o medicamento. O que pedimos é mais agilidade, flexibilidade - sem comprometer a qualidade - e maturidade nas decisões. Nosso pleito antigo é que a agência tenha uma área só para analisar e orientar as indústrias possuidoras de produtos com inovação incremental e também radical. Isso porque, pela primeira vez, temos produtos inovadores desenvolvidos no Brasil, quando antes tudo chegava do exterior via empresas internacionais.

▶ Vamos agora abordar rapidamente um assunto tabu da indústria farmacêutica: preço dos medicamentos. A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) trabalha com regras antigas que não aventam a hipótese de o Brasil desenvolver seus próprios produtos inovadores, sejam incrementais ou radicais. São regras defasadas e necessitam de atualização. Aqui não há espaço para se discutir todas as regras da CMED, mas digo que, em permanecendo como está, é um forte desestímulo à prática da inovação no Brasil.

Sem entrar em maiores detalhamentos a respeito da Anvisa, entendo que ela vem esforçando-se e conseguindo, ao menos em algumas áreas, alcançar esse grau de qualidade internacional que tanto almeja. O problema é que ela coloca no Brasil, de uma só vez, regras que lá fora demoraram anos em discussão, outro tanto para gradual implementação e ainda mais para total enquadramento. A agência esquece que ela tem uma capacidade de escrever novas regras muito mais rapidamente do que nós da indústria temos de executá-las. Com isso, estamos sempre defasados. Em nada ajuda estabelecer no Brasil todas as regras vigentes lá fora, porque a ambiência industrial daqui está muito aquém daquela do exterior.

Outros pontos poderiam ser aqui abordados, mas já foram devidamente identificados pelos vários diagnósticos realizados até hoje. A pergunta que fica é: diante de tantas dificuldades no Brasil, compensa fazer inovação aqui? Respondo que sim, pois esse é o único caminho que levará as indústrias a alcançarem status internacional e andarem com suas próprias pernas. São as nossas inovações protegidas pelas patentes que nos levarão à internacionalização de nossas empresas, e não as *commodities* (genéricos). Esse é um objetivo que deveria ser tanto da indústria como dos governos.

Lembro também que a pouca vontade de nossos governantes em proporcionar melhores condições de trabalho às empresas que fazem inovação no Brasil é compensada amplamente pela voracidade com que os governos estrangeiros nos abordam e nos estimulam, no sentido de nos deslocarmos para fora do Brasil. Não é só a relação custo X benefício que usamos para decidir, mas ela tem um alto peso específico nestes momentos decisivos. E essa relação é altamente desfavorável ao Brasil. Precisa ser modificada com velocidade para que não se inicie uma migração, sem volta, para fora do País.


Termino repetindo que muito mais se poderia falar sobre inovação. No entanto, tudo ou quase já foi dito em estudos e diagnósticos feitos por vários ministérios e órgãos governamentais. O que necessitamos é de um governo que acolha a causa, deixe de discursar sobre a inovação e passe a executar ações que trarão como consequência o estabelecimento de um programa duradouro de inovação no Brasil. De há muito se sabe que as conquistas não são feitas só com o poder econômico e bélico, mas principalmente com o poder tecnológico. Se conquistar não é nossa vocação, tenho também certeza de que sermos subjugados, absorvidos e aculturados não é o que almejamos. 



Foto: Alê Carolo

INOVANDO PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

**OUROFINO AGROCIÊNCIA
E FINEP FIRMAM PARCERIA
DE R\$ 60 MILHÕES COM O
PROPÓSITO DE BENEFICIAR
O AGRONEGÓCIO NACIONAL**

Inspirar uma nova era de desenvolvimento, produtividade e crescimento, a fim de criar novas possibilidades para os desafios da agricultura nacional e, assim, reimaginar o setor. Esse é o novo propósito da Ourofino Agrociência. Desde o início do ano, a empresa analisou o segmento, conversou com produtores e analistas e descobriu o que já estava em seu DNA: trabalhar em conjunto com o produtor para oferecer soluções e tecnologias personalizadas para promover a agricultura tropical.

De olho nesse objetivo, a empresa firmou, em abril, uma parceria de R\$ 60 milhões com a Finep. A assinatura do contrato foi realizada entre Norival Bonamichi, presidente da Ourofino Agrociência, e Victor Odorcyk, diretor de Inovação da Finep.

O contrato é válido para o biênio 2017/2018, com 70% do valor custeado pela financiadora. O montante será investido em desenvolvimento de novos produtos para a agricultura brasileira, melhoria das formulações já existentes e também na execução da planta industrial de WDG (grânulos dispersíveis).

“O atual objetivo da Ourofino Agrociência é oferecer formulações personalizadas para a agricultura dos trópicos. O Brasil é um país diferenciado em clima, solo e umidade, por isso os produtores precisam de soluções que correspondam a essas necessidades. Ou seja, um cenário diferente do que é encomendado pelo mercado internacional”, ressalta Luciano Galera, diretor de Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento da empresa.



Luciano Galera

Com inauguração prevista para julho, a planta de grânulos dispersíveis (WDG) para herbicidas utilizará cerca de R\$ 12 milhões do financiamento. A tecnologia aplicada é a mais moderna e eficiente no mercado de defensivos agrícolas e proporciona ganhos no processo de formulação e na redução da exposição operacional

Foto de abertura, da esquerda para a direita: Marcelo Abdo, diretor Financeiro e Administrativo da Ourofino Agrociência; Norival Bonamichi, presidente da Ourofino Agrociência; Victor Odorcyk, diretor de Inovação da Finep; André Gimenez, analista do Departamento de Agronegócios e Biocombustíveis da Finep; Guilherme Peres, assessor da Diretoria de Inovação da Finep.

na manipulação do produto, bem como visa à não poluição do meio ambiente.

“Oferecemos soluções muito mais eficientes porque incrementamos e consolidamos esse processo com uma rede de colaboradores e pesquisadores, além de contarmos com parcerias como a da Finep, com o intuito de oferecer uma linha diferenciada de produtos e, assim, auxiliar o trabalho dos produtores brasileiros”, diz Norival Bonamichi, presidente da Ourofino Agrociência.



Para Victor Odorcyk, diretor de Inovação da Finep, o foco é o ineditismo das futuras ofertas. “A Ourofino é fundamental para conquistar e incrementar esse segmento no Brasil. A empresa representa os novos e grandes desafios nacionais que precisaremos superar no futuro para competir mundialmente. A parceria testemunhará e comprovará essa evolução. Não queremos parar por aqui, o objetivo é buscar sempre novos desafios, e juntos”.

O financiamento reitera o compromisso da Ourofino Agrociência de investir constantemente no agronegócio brasileiro, visando ao aumento da produtividade no campo. Responsável pelo reaquecimento da economia nacional, o setor demonstra alto desempenho para abastecer o mercado interno, exportar e mobilizar o segmento de insumos e tecnologias ligadas à agricultura.

Marcelo Abdo, diretor Financeiro e Administrativo da Ourofino Agrociência, destaca que investir em pesquisas e desenvolvimento é um compromisso da empresa e requer bons parceiros. “Temos essa prática para promover novos estudos e aprimorar a industrialização dos produtos. É importante contarmos com o apoio de instituições como a Finep. O financiamento subsidiará nossos projetos de inovação, pesquisas e também a concepção de formulações cada vez mais eficientes”.

2016

Os investimentos são constantes e cada vez mais inovadores, pois a Ourofino Agrociência enxerga na agricultura o desenvolvimento do Brasil. Prova disso é que, em junho de 2016, a empresa já havia expandido a fábrica com a construção de dois novos galpões de armazenagem, que tiveram aplicação de R\$ 15 milhões. O projeto somou-se à planta localizada no cinturão químico de Uberaba (MG) para receber produtos inflamáveis em, aproximadamente, 10 mil posições de paletes.


Outro investimento foi o aumento da capacidade de geração de energia. Com emprego de R\$ 2 milhões, os novos geradores têm capacidade de produzir 2.000 kW, garantindo força em horários de pico e operação da fábrica durante a falta de suprimento.

Área que também recebeu aplicação financeira foi a Unidade de Formulação Destinada à Suspensão Concentrada, que aumentou a capacidade de 40 mil litros/dia para 100 mil litros/dia, com o objetivo de atender à demanda interna e incrementar a capacidade produtiva da Ourofino e de terceiros.



Jardel Massari

“Os investimentos possibilitam à Ourofino Agrociência a consolidação do seu crescimento sustentável e o fortalecimento da competitividade no mercado de defensivos agrícolas. Crescemos organicamente em estrutura e números”, diz Andrea Mujali, gerente executiva de Operações Industriais da empresa.

Como consequência, os números de vendas refletem os resultados desses propósitos. Em 2016, o faturamento fechou no positivo: mais de R\$ 700 milhões, 33% superior em receita líquida quando comparado a 2015. Para 2017, a projeção de crescimento é de 16%. “É uma evolução em números e também de tecnologia para levar ao agricultor os melhores ativos e oferecer soluções aprimoradas para a agricultura tipicamente brasileira”, destaca Jardel Massari, vice-presidente da Ourofino Agrociência. 



DESNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Fernando Sarti | Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT-IE-UNICAMP)

Há um relativo consenso entre os especialistas de que o desenvolvimento econômico, tecnológico e social no Brasil está muito aquém do desejado e necessário. Mas há um enorme dissenso sobre como buscar esse objetivo e superar o subdesenvolvimento nacional. O argumento defendido neste artigo é que, sem uma indústria forte, dinâmica, competitiva e com maior protagonismo de empresas nacionais, não será possível um desenvolvimento soberano, sustentado e inclusivo.

O artigo avalia o processo de desnacionalização em curso na base produtiva brasileira. A desnacionalização está fortemente correlacionada a outras duas importantes tendências na estrutura produtiva, que têm-se constituído em obstáculos ao desenvolvimento industrial e tecnológico: a especialização regressiva da pauta de produção e de exportação e a inserção externa assimétrica.

O processo de especialização regressiva pode ser avaliado pela perda de participação de setores mais dinâmicos, de maior valor agregado e elevado conteúdo tecnológico nas estruturas de produção e de exportação. Como resultado, tem-se observado, nas últimas décadas, uma perda de participação do valor agregado manufatureiro (VAM) brasileiro no VAM global. Embora o Brasil continue posicionado entre as dez maiores indústrias globais, sua participação no VAM global reduziu de 3,6% para 2,3% nas últimas duas décadas. O grau de industrialização medido pela participação do produto manufatureiro no PIB reduziu de 16,2% para 12,2% (Sarti & Hiratuka, 2017).

A especialização regressiva também é observada na evolução da pauta de comércio exterior. Enquanto os produtos de média e alta intensidade tecnológica representaram pouco mais de um quinto do total das exportações, na pauta de importações essa participação superou 60% em 2015. O déficit comercial em produtos de média e alta intensidade tecnológica ultrapassou US\$ 60 bilhões em 2015 e chegou a atingir US\$ 90 bilhões antes da recessão econômica - o déficit em produtos químicos passou de US\$ 25 bilhões, se incluirmos também produtos farmacêuticos e fármacos (Sarti & Hiratuka, 2016).

A especialização regressiva está em grande medida associada a uma segunda tendência, que é o crescente grau de internacionalização comercial e produtiva da indústria, com a ampliação dos fluxos de comércio e de investimento externo. A crescente inserção externa tem-se dado de forma subordinada e assimétrica, refletindo e reforçando a especialização regressiva da estrutura produtiva.

Com relação à inserção comercial, o aumento exponencial do coeficiente e conteúdo importado não teve como contrapartida um aumento proporcional do coeficiente exportado. Segundo dados da CNI, o coeficiente de penetração das importações (CPI), dado pela participação das importações no consumo aparente, cresceu de 14,1% para 21,7% entre 2003 e 2015. O coeficiente de insumo industrial importado (CII), calculado pela participação dos insumos importados no total de insumos utilizados, saltou de 19,7% para 28,8% no mesmo período. Já o coeficiente exportado (CX) ficou relativamente estagnado: subindo de 12,7% em 2003 para 14,3% em 2014. O salto em 2015 para 19% deveu-se muito mais à forte queda da produção que do aumento das exportações. O desempenho comercial assimé-

trico é ainda mais intenso nos setores químico (CPI = 25,9%, CII = 35,2% e CX = 10,9%) e de farmacêuticos e fármacos (CPI = 39,1%, CII = 41,9% e CX = 11,7%).

No que diz respeito à internacionalização produtiva, a maior presença do capital externo na economia brasileira reforçada pelos volumosos e crescentes fluxos de investimento direto externo (IDE) parece ter reforçado essa assimetria no desempenho das importações e exportações. O Brasil recebeu um volume de IDE superior a US\$ 700 bilhões no período 2007-2016, sobretudo na forma de participação no capital e, em menor medida, em empréstimos intercompanhia. Em contrapartida, o processo de internacionalização de empresas nacionais, que já era bastante tímido, parece ter retrocedido nos últimos anos.

O maior dinamismo das importações e dos investimentos externos, quando comparado ao das exportações e dos investimentos brasileiros no exterior, configura um padrão de inserção externa que optou por promover a externalização da sua demanda doméstica (via importação e IDE), ao invés da externalização da estrutura produtiva (via exportações e investimentos no exterior), o que diferencia o Brasil das exitosas experiências asiáticas - China, Coreia do Sul - de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Essas tendências têm provocado um intenso processo de desnacionalização da estrutura produtiva brasileira. O melhor desempenho econômico dos grupos estrangeiros já instalados no País, refletindo suas maiores capacitações técnicas e financeiras, somado ao forte fluxo de investimento externo (nas modalidades de novos investimentos ou de aquisições e fusões de empresas locais), tem ampliado a participação estrangeira nas estruturas de produção (e vendas domésticas) e de comércio exterior (exportação e importação), bem como nas estruturas de propriedade de empresas de uma gama muito ampla de setores econômicos.

A tabela 1, construída a partir de dados divulgados pelo jornal Valor Econômico na revista Valor Grandes Grupos, aponta uma significativa participação dos grupos estrangeiros nas variáveis de receita, patrimônio líquido e lucro. A tabela 2 mostra a maior eficiência e capacidade de resposta dos grupos estrangeiros frente à crise financeira. Em 2010, a rentabilidade do patrimônio dos grupos nacionais e estrangeiros era muito próxima. No período recessivo de 2014-2015, houve uma queda generalizada da rentabilidade, mas os indicadores dos grupos estrangeiros foram bem superiores aos dos nacionais.

Tabela 1 • Participação dos Grupos Nacionais e Estrangeiros em Variáveis Selecionadas (em %)

Variável	2010		2014		2015	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Receita Líquida	70,2	29,8	70,1	29,9	70,8	29,2
Patrimônio Líquido	77,9	22,1	77,0	23,0	74,7	25,3
Lucro Líquido	77,8	22,2	62,4	37,6	74,5	25,5

Tabela 2 • Evolução da Rentabilidade do Patrimônio dos Grupos Nacionais e Estrangeiros 2010, 2012, 2014 e 2015 (em %)

Rentabilidade do Patrimônio	2010	2012	2014	2015
	(%)	(%)	(%)	(%)
Nacional	14,5	8,2	5,3	-0,2
Estrangeiro	14,9	10,1	9,6	3,7
Total dos Grupos	14,6	8,7	6,3	0,7

Fonte: Valor Grandes Grupos. Elaboração NEIT-IE-UNICAMP.

Dados sobre operações de aquisições e fusões (A&F) compilados pela empresa de consultoria KPMG também permitem observar a intensificação do processo de desnacionalização da base produtiva brasileira. O aumento das operações de A&F no Brasil depois do início da crise internacional em 2008 foi consequência das operações *cross border* (CB), envolvendo empresas de capital estrangeiro e empresas de capital nacional, realizadas no Brasil e no exterior, que superaram as operações de aquisições e fusões envolvendo apenas empresas nacionais no mercado doméstico. Dentre as operações *cross*

border (CB), prevaleceram aquelas em que empresas de capital estrangeiro adquiriram empresas nacionais no Brasil, denominadas de CB-1 na tabela 3 (KPMG, 2016). Essas operações representaram 60% do total das operações *cross border*, totalizando mais de 1.380 operações no período 2011-2015. Com um número bem menor, temos as aquisições de empresas estrangeiras por outra empresa estrangeira no Brasil (20% das operações *cross border* e um total de 459 transações) e de aquisições de empresas brasileiras por empresas estrangeiras no exterior (3% do total e 68 operações).

Tabela 3 • Operações de Fusões e Aquisições segundo a modalidade (número e participação) 2001-2015

Modalidade de A&F	Total de Operações 2011-2015	Participação (em %)
Total	4.020	100,0
Doméstica	1.717	42,7
Cross Border	2.303	57,3
CB 1	1.380	34,3
CB 2	240	6,0
CB 3	156	3,9
CB 4	459	11,4
CB 5	68	1,7

Fonte: KPMG. Elaboração NEIT-IE-UNICAMP.

CB 1: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo empresa brasileira no Brasil.

CB 2: Empresa de capital majoritário brasileiro adquirindo empresa estrangeira no exterior.

CB 3: Empresa de capital majoritário brasileiro adquirindo empresa estrangeira no Brasil.

CB 4: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo empresa estrangeira no Brasil.


CB 5: Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo empresa brasileira no exterior.

Por que o processo de desnacionalização preocupa? A origem do capital das corporações é um fator relevante no desenvolvimento produtivo e tecnológico, bem como no padrão de inserção externa. É preciso ter em conta que o processo de globalização nas suas diferentes dimensões – financeira, produtiva, comercial e tecnológica – é um processo assimétrico, seletivo e hierarquizado. Isso significa que a geração e captura de valor e a distribuição de ganhos e perdas decorrentes da globalização é bastante desigual entre setores de atividade econômica e empresas e, portanto, entre países e suas sociedades.

As grandes corporações controlam as cadeias regionais e globais de produção e valor. A partir da gestão de seus ativos financeiros, produtivos, tecnológicos e mercadológicos, decidem de forma seletiva e hierarquizada o posicionamento e a distribuição das atividades dentro da cadeia de valor. Portanto, controlam a geração e captura de valor nas diferentes etapas da cadeia. Os países sedes dessas grandes corporações beneficiam-se de hos-

pedarem as atividades mais nobres e de maior valor agregado, como é o caso das atividades de P&D&I.

Nas economias periféricas, como é o caso do Brasil, as filiais das grandes corporações, cada vez mais presentes e protagonistas, têm tomado suas decisões estratégicas de produção, investimento, comércio exterior e atividades tecnológicas a partir da gestão dos diferenciais de capacitação competitiva, de custos e de grau de ociosidade da capacidade produtiva nos seus mercados de atuação. Por isso, as empresas instaladas no País, mesmo aquelas filiais de empresas estrangeiras, assumem um papel subordinado que gera e captura menos valor.

O avanço do desenvolvimento produtivo e tecnológico no Brasil dependerá do fortalecimento e maior protagonismo de suas empresas nacionais, conferindo ao País uma inserção externa menos frágil e subordinada nos fluxos globais de produção, comércio exterior, investimento e tecnologia. 

Referências bibliográficas

KPMG (2016). *Fusões e aquisições. Primeiro trimestre, maio de 2016.* • SARTI, F. e Hiratuka, C. (2017). *Desempenho Recente da Indústria Brasileira no Contexto de Mudanças Estruturais Domésticas e Globais. Texto para Discussão n. IE-UNICAMP.* • SARTI, F. e Hiratuka, C. (2016). *Assimetrias no processo de internacionalização da economia brasileira no século XXI. O futuro do Desenvolvimento. Ensaios em homenagem a Luciano Coutinho.* Lastres, H., Cassiolato, J. Laplane, G. e Sarti, F. (orgs). UNICAMP, Instituto de Economia. • VALOR ECONÔMICO. *Grandes Grupos. Vários números.*



BLANVER

HÁ MAIS DE 30 ANOS TRABALHANDO COM PAIXÃO E COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Somos uma empresa multinacional brasileira que desenvolve, fabrica e comercializa excipientes, IFAs e medicamentos com qualidade e competitividade para a saúde e o bem estar das pessoas.

- ▶ **Excipientes**
- ▶ **IFAs**
- ▶ **Medicamentos**

**Visite nosso website e
conheça mais sobre nós!**

www.blanver.com.br

PAINEL DO ASSOCIADO

FÁBRICA DE ANTIBIÓTICOS DO ACHÉ COMEÇARÁ A OPERAR



A Nortis Farmacêutica começou a operar em maio, logo após conquistar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF). A empresa, comprada pelo Aché Laboratórios em 2016, fará antibióticos penicilínicos em cápsulas, comprimidos e pós na fábrica de Londrina, Paraná. A expectativa é produzir cerca de 10 milhões de unidades por ano com a marca Aché.

Após a compra da unidade, o Aché investiu R\$ 10 milhões em equipamentos, tecnologia da informação, reforma da fábrica, gestão da qualidade, treinamento e integração de equipes. “A aquisição da Nortis está alinhada aos pilares estratégicos da companhia para crescer até 2030, por garantir o controle da tecnologia e da produção de antibióticos”, afirma Paulo Nigro, presidente do Aché.

“A nova fábrica também abre ao Aché possibilidades de explorar a produção de novas formulações, combinações e novos regimes posológicos para essa classe terapêutica”, completa Stephani Saverio, diretor de inovação do laboratório.

IBMP APOSTA EM NOVAS TECNOLOGIAS PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA



Com uma área produtiva de aproximadamente 2 mil m², o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) atua na constante melhoria dos padrões do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do desenvolvimento tecnológico de soluções obtidas através de rota biológica. Para o futuro próximo, a estratégia do IBMP consiste em oferecer uma carteira de produtos para o diagnóstico de doenças pré-natais, doenças negligenciadas, câncer e sepse, bem como demandas emergentes na área de biofármacos.

Caminhando para essa estratégia, o IBMP possui desde 2011 o certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF), concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Entre os produtos já disponibilizados ao SUS, estão o módulo de amplificação do Kit NAT Brasileiro para detecção de HIV (Aids), HCV (hepatite C) e HBV (hepatite B), garantindo eficácia e segurança transfusional à rede de hemocentros brasileira, além de outros testes moleculares, como o diagnóstico diferencial entre zika, dengue (sorotipos 1, 2, 3 e 4) e chikungunya, destinado à vigilância epidemiológica.

O IBMP atua também na área de fronteira da biotecnologia, investindo sua capacidade científica e tecnológica para atender à saúde da população brasileira e nacionalizar os insumos utilizados no País, trazendo autonomia e diminuindo a dependência tecnológica de outros países.

Entre os projetos em andamento, está uma plataforma para diagnóstico da septicemia (infecção sistêmica do organismo), principal causa de morte em UTI em todo o mundo. O objetivo é a rápida identificação dos agentes etiológicos causadores da sepse para orientar de forma eficaz o tratamento, utilizar os antibióticos mais adequados e reduzir a taxa de mortalidade, o tempo de internação e os altos custos envolvidos.

A partir de demanda do Ministério da Saúde, o IBMP conta com outro projeto: um kit diagnóstico para detecção e monitoramento de doenças relevantes em gestantes durante o acompanhamento pré-natal. A plataforma é multitestes, ca-

paz de detectar diversas doenças com apenas uma amostra de sangue, incluindo Aids, hepatites B e C, rubéola, sífilis, doença de Chagas e toxoplasmose.

A solução multitestes será disponibilizada em duas versões: um dispositivo para diagnóstico rápido no local de atendimento e uma plataforma automatizada para centros de saúde que disponham de infraestrutura para analisar simultaneamente um grande número de amostras.

Também uma demanda do Ministério da Saúde, a cola de fibrina recombinante é um selante biológico elaborado com o plasma humano. Com seu desenvolvimento, será possível reduzir hemorragias em cirurgias diversas, sem contraindicação ou risco de rejeição. Apesar de não substituir os pontos, a cola atuará como um complemento, vedando o corte e acelerando a cicatrização. A previsão é de que o produto esteja disponível no mercado nacional até 2020.

Para o fortalecimento das ações de vigilância e controle de doenças infecciosas, o IBMP, junto à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desenvolve o projeto Rede de Vigilância Epidemiológica, que utiliza a plataforma de PCR em tempo real para oferecer soluções para detectar agentes causadores de doenças, principalmente aquelas consideradas negligenciadas, como tuberculose, hanseníase, leishmaniose, Chagas, entre outras.

O Instituto de Biologia Molecular (IBMP) está sediado no Parque Tecnológico da Saúde na cidade de Curitiba, mesmo campus do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e do Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná).

LABORVIDA: COMPROMISSO COM OS CLIENTES E A SOCIEDADE



O Laborvida completará dez anos em 2018 e aposta no mercado de prestação de serviços técnicos especializados no atendimento ao segmento farmacêutico. Criada com a aquisição da Mappel, tradicional empresa do ramo, o Laborvida reuniu uma equipe técnica que acumula 40 anos de experiência no mercado e atua na fábrica localizada no Rio de Janeiro.

A proposta da empresa para o futuro é fortalecer a infraestrutura oferecida aos clientes para que estes possam desenvolver estratégias de negócio baseadas na produção verticalizada. Mas não só. Em toda sua trajetória, o Laborvida está comprometido com serviços que contribuam para a saúde da população brasileira.

Para cumprir esses objetivos, o Laborvida mantém um projeto com a Finep para construir uma unidade de oncológicos sólidos, visando ingressar nesse mercado que cresce continuamente e necessita da ampla oferta de medicamentos para o paciente.

Também mantendo o compromisso com a saúde pública, outra área de atuação do Laborvida é a participação ativa na Política Brasileira do Complexo Industrial da Saúde. Por meio de parcerias com governo e iniciativa privada, a empresa produz medicamentos de alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS), com tecnologia 100% nacional.

FARMANGUINHOS PLANEJA INICIAR PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS DE PDP

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) iniciou, no fim de maio, as obras de adequação do Prédio 70 do Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM), em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. O objetivo é iniciar a fabricação dos três primeiros medicamentos provenientes das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP): tacrolimo, pramipexol e atazanavir.

Atualmente, esses produtos estão sendo apenas rotulados por Farmanguinhos, seguindo as etapas do longo processo de transferência de tecnologia. Nos três primeiros anos de vigência do acordo, os medicamentos são produzidos pelo laboratório detentor da tecnologia. Nos dois últimos anos, a produção é dividida. Finalizado o processo, 100% da produção é realizada por Farmanguinhos. Por isso a importância da obra atual.

Nesta primeira fase, será realizado o isolamento de uma área correspondente a 360 m². A previsão é de que toda a obra de adequação da área fabril seja concluída até março do ano que vem. Entretanto, as linhas de produção serão liberadas, gradualmente, à medida que as áreas forem sendo finalizadas.

Dessa forma, está prevista para setembro a liberação da linha de fabricação do tacrolimo. Em janeiro de 2018, será a vez da linha de dicloridrato de pramipexol e, em março, a do antirretroviral sulfato de atazanavir.

A obra viabilizará, futuramente, a incorporação de outros quatro medicamentos que também serão frutos de PDP: cabergolina, sevelâmer, o antirretroviral 2 em 1 (tenofovir+lamivudina) e o tuberculostático 4 em 1 (isoniazida+rifampicina+etionamida+etambutol).

De olho na preservação ambiental, Farmanguinhos fez a transposição de espécies vegetais para montar o canteiro de obras. As árvores serão replantadas no local ao término das obras, sendo que uma das espécies, a carambola, já foi doada à Fundação Parques e Jardins.

A MAIOR PRODUTORA DE INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS DA AMÉRICA LATINA.

A NORTEC É UMA INDÚSTRIA
QUÍMICO-FARMACÊUTICA QUE,
HÁ MAIS DE 31 ANOS,
OFERECE MATÉRIA-PRIMA
DE ALTÍSSIMA QUALIDADE
PARA A PROMOÇÃO
DA SAÚDE E BEM-ESTAR.

NORTEC QUÍMICA

RUA DEZESSETE, Nº 200 | DIST. IND. DUQUE DE CAXIAS
XERÉM | DUQUE DE CAXIAS | RJ | CEP: 25250-612
+55 21 3651 7300 | +55 21 3651 7323
WWW.NORTECQUIMICA.COM.BR

ABIFINA EM AÇÃO

BNDES MANTÉM FINANCIAMENTO À INDÚSTRIA DA SAÚDE



Para entender o reposicionamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em suas linhas de financiamento, o Conselho Administrativo da ABIFINA convidou para sua reunião do dia 22 de maio, no Rio de Janeiro, dois dirigentes da instituição.

Cláudia Pimentel Trindade Prates, diretora da Área Industrial e da Área de Insumos Básicos, e João Paulo Pieroni, chefe do Departamento do Complexo Industrial e Serviço de Saúde, apresentaram o papel do BNDES nos desafios para a competitividade do Complexo Industrial da Saúde.

Claudia explicou que a nova forma de alocação de recursos terá foco em projetos, não mais em setores industriais. Ainda assim, o banco mantém-se comprometido com ações do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. É o que acontece, por exemplo, no Profarma III, focado em plantas produtivas de biotecnologia e biossimilares.

Ainda na reunião, o 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, relatou a abordagem dos últimos encontros do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis).

Na reunião anterior do Conselho, em março, foi a Fiocruz que apresentou suas ações no setor. O vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da instituição, Marco Aurélio Krieger, detalhou os desafios de se fazer, junto com indústrias nacionais, pesquisa e desenvolvimento de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

NOVO PRÊMIO

Reconhecer profissionais que deixaram sua marca na história da indústria brasileira. Com essa proposta, o Conselho Administrativo aprovou o lançamento do Prêmio Alcebíades de Mendonça Athayde, que leva o nome do fundador da associada Libbs Farmacêutica e da própria ABIFINA. O prêmio será anual, começando em 2017, e será entregue na reunião do Conselho Administrativo que ocorrer na data mais próxima à fundação da entidade (18 de junho). Jean Daniel Peter, ex-presidente da ABIFINA e presidente da Globe Química, foi escolhido como o primeiro homenageado. Também será contemplado José Correia da Silva, um dos fundadores da associação, seu primeiro presidente e empresário ativo da química fina nos anos 1980.

ACABA IMPASSE ENTRE INPI E ANVISA. MAS AINDA HÁ TRABALHO PELA FRENTE

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) assinaram, em abril deste ano, uma portaria interinstitucional que pretende encerrar um impasse de 16 anos entre as instituições. Pela Lei da Propriedade Industrial (nº 9.279), a Anvisa deve conferir anuência prévia nos pedidos de patentes farmacêuticas. Porém, por entendimentos muitas vezes divergentes sobre o papel de cada um na análise desses casos, centenas ou talvez milhares de processos ficaram parados.

A ABIFINA foi ativa em sugerir medidas para sanar a controvérsia, tendo sido a primeira instituição a recomendar a preservação da anuência prévia com subsídios técnicos da Anvisa.









Foto: Washington Costa/MDIC

A solução da portaria conjunta foi nesse sentido: a Anvisa seguirá realizando a anuência prévia, limitando sua análise ao risco do produto ou processo à saúde pública e, quando necessário, emitindo sua opinião sobre os requisitos de patenteabilidade como subsídio ao exame de pedidos de patentes. Já o INPI avaliará os requisitos de patenteabilidade.

Em carta direcionada às Presidências do INPI e da Anvisa, a ABIFINA ressaltou acreditar que o espírito de cooperação e a aplicação correta da norma irão agilizar as decisões sobre pedidos de patentes farmacêuticas. Ainda assim, a portaria precisa passar por alguns ajustes, alertou a entidade no documento. Veja os destaques a seguir.

Pontos a melhorar

-  A nova regulamentação deve ser expressa em norma mais elevada do que uma portaria: um decreto assinado pelo Presidente da República, tendo maior força jurídica.
-  A anuência prévia aplica-se em dois casos: produtos que oferecem riscos à saúde pública e produtos de interesse para o Ministério da Saúde. O primeiro é bem definido em normativas. Já o segundo precisa ser claramente estabelecido pelo Ministério.
-  Pela norma, a Anvisa poderá enviar para o INPI subsídios ao exame, que na visão da ABIFINA deverá ter caráter especial, distinto de outros subsídios que qualquer cidadão pode enviar. A norma consuetudinária que preside as relações no devido processo legal substantivo significa que o examinador da patente deve sempre fazer referência ao subsídio da Anvisa.
-  A ABIFINA entende que a norma anterior deva ser aplicada aos pedidos antigos que não foram anuídos pela Anvisa e que não tiveram sequência no INPI, cabendo a este Instituto publicar a decisão de não conceder as patentes.
-  A atuação conjunta será fundamental, tanto para o compartilhamento de informações de patentes, como para a constituição do Grupo de Articulação Interinstitucional previsto na portaria.
-  O sucesso da implantação da portaria também dependerá da oferta adequada de recursos materiais e humanos dos dois órgãos federais.

FALÁCIA DA “CONCORRÊNCIA DESLEAL” AMEAÇA A INDÚSTRIA DE GENÉRICOS



É grande a preocupação da indústria farmacêutica nacional com o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 333/1999, que aguarda sanção presidencial e propõe alterar a redação de artigos da Lei da Propriedade Industrial (nº 9279). Em suma, o substitutivo aumenta as penalidades para crimes contra marcas, patentes, indicações geográficas e concorrência desleal na comercialização de medicamentos e produtos farmacêuticos. Porém, o resultado com a atual redação será criminalizar a indústria de genéricos.

ABIFINA, Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica de Pesquisa e de Capital Nacional (GrupoFarmaBrasil) e Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) alertam para essa estratégia perigosa.

A redação atual garante ao interessado requerer “apreensão de marca falsificada, alterada ou imitada onde for preparada ou onde quer que seja encontrada, antes de utilizada para fins criminosos” ou ainda a “destruição de marca falsificada nos volumes ou produtos que a contiverem, antes de serem distribuídos, ainda que fiquem destruídos os envoltórios ou os próprios produtos.”

As entidades denunciam que, nesses termos, o substitutivo do Senado acabará sendo mais um recurso para extensão dos prazos de proteção por patentes. Afinal, os genéricos são desenvolvidos ainda durante a vigência da patente do medicamento de referência, como forma de se ganhar tempo. Assim, quando a patente expirar, o genérico já poderá ser lançado no mercado.

Para isso, a lei permite a importação dos princípios ativos a serem usados nos testes de bioequivalência e biodisponibilidade, necessários à obtenção do registro sanitário. Vale lembrar ainda que a falsificação de medicamentos já tem tipificação penal na disciplina dos crimes contra a saúde pública.

Portanto, o substitutivo causa confusão jurídica, podendo levar a crer que o genérico ainda a ser lançado é falsificado.

EXAME DE PATENTES NA ÁREA QUÍMICA

Buscando conferir maior uniformidade e previsibilidade ao exame de patentes, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) publica periodicamente consultas públicas (CP) sobre diretrizes para a atividade. A ABIFINA enviou contribuições para a CP nº 01/2017, encerrada em 16 de maio, voltada para aspectos do exame de patentes na área química. As principais contribuições foram relacionadas a entendimentos de conceitos, tais como a previsão de compostos em fórmulas tipo Markush e o estado da técnica considerado mais próximo.

AUTONOMIA FINANCEIRA DO INPI

Uma análise solicitada pela ABIFINA à sua consultoria jurídica concluiu que o Projeto de Lei (PL) nº 62/2017, que propõe a autonomia financeira do INPI, é compatível com a Constitucionalidade e capaz de melhorar a qualidade do serviço público prestado pelo Instituto. O parecer do advogado e professor Pedro Marcos Barbosa considera que a autarquia terá mais chances de ampliar um corpo técnico, estrutura e logística compatíveis com sua importância estratégica. O PL é do senador José Agripino Maia.

REDE DE BIODIVERSIDADE REPROVA ATRASO DO SISGEN

O atraso na entrada em funcionamento do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SISGen) gera entraves sérios para a área de pesquisa e desenvolvimento nacional. A queixa foi feita na reunião da Rede de Biodiversidade, em 25 de maio, com participação da ABIFINA. O encontro buscou consenso no setor empresarial em prol da segurança regulatória.

Os participantes decidiram relacionar em ofício os problemas ocasionados pela indisponibilidade do cadastro eletrônico automático que, de acordo com a Lei nº 13.123/15, deveria cadastrar atividades envolvendo o patrimônio genético brasileiro e conhecimento tradicional associado. Tanto pesquisas como desenvolvimento de produtos deverão ser cadastrados, embora não se exija aprovação prévia. O sistema que deveria estar no ar desde 2015, porém, ainda está em fase de testes.

No encontro foram tratados ainda, entre outros assuntos, o alinhamento das discussões no âmbito do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), a necessidade de treinar a fiscalização do Ibama (especialmente em relação às dificuldades de tratamento do produto intermediário nas amostras de material biológico), a viabilização de acordos setoriais e a comprovação da análise sobre conhecimento tradicional de fonte secundária.

ABIFINA na TV

Para estimular o debate sobre biodiversidade e a Lei nº 13.123, que completa dois anos em junho, a ABIFINA participou de programa no Canal Saúde. A consultora da entidade e conselheira do CGEN, Ana Cláudia Oliveira, comentou o marco regulatório, os avanços da lei e a desburocratização que representa para a pesquisa e para o desenvolvimento de produtos e processos com base em insumos da natureza brasileira.



ANVISA ESCLARECE DÚVIDAS SOBRE O PATE

As dificuldades ao preencher o Parecer de Análise Técnica da Empresa (Pate) foram tema de encontro da ABIFINA com a Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 17 de maio. A entidade alertou o corpo técnico da agência sobre pontos críticos do documento exigido no pós-registro de medicamentos, que analisa o desempenho do produto segundo sua qualidade, segurança e eficácia.

A analista técnica da ABIFINA, Marina Moreira, apontou incongruências entre normas em vigor e o parecer, e apresentou sugestões como a discussão mais ampla sobre a análise de risco e a revisão do guia para validação do processo produtivo para se adequar ao pós-registro.

Um dos pontos defendidos foi um Pate único para alterações que impactem mais de um produto nos quais provas e discussões coincidam. “A mesma documentação é apresenta-

da em processos distintos, acarretando análise individual da Anvisa a cada passo e contrariando a celeridade de análise e a economia processual”, argumentou a analista.

A Anvisa dedicou um espaço no encontro para responder aos questionamentos das entidades. Um ponto esclarecido pelos técnicos é que a condição registrada deve preferencialmente ser informada por completo no Pate.

Também no segmento farmacêutico, no fim de maio a ABIFINA enviou à Anvisa sua colaboração pontuando temas relacionados às normas de rotulagem de medicamentos.

Para isso, a ABIFINA, em conjunto com Alanac e Grupo FarmaBrasil, promoveu um debate em São Paulo com os associados e a coordenadora de Bula, Rotulagem e Medicamentos Clones da Anvisa, Fernanda Cruz, e a técnica da área Lisana Sirtori. A agência prepara-se para abrir consulta pública sobre a RDC nº 71/2009 este ano.

SEGMENTO FARMOQUÍMICO DEBATE INSPEÇÃO E CERTIFICAÇÃO



O coordenador substituto de Inspeção e Fiscalização de Insumos Farmacêuticos (COINS) da Anvisa, Rodrigo Martins Bretas, reuniu-se com o Comitê Farmo em 24 de maio e esclareceu sua atuação no registro, certificação e inspeção de insumos dentro e fora do Brasil.

Bretas descartou que novas listas sejam emitidas pela Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos da agência e anunciou a regulamentação da inspeção baseada no risco sanitário. Ele também destacou a importância das novas inspeções prevista para o próximo ano pela Organização Mundial da Saúde.

REAVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE AGROQUÍMICOS PODE TER MAIOR TRANSPARÊNCIA

A Consulta Pública (CP) nº 313, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), encerrou-se em 3 de maio e agora, após análise técnica das respostas recebidas, o órgão formulará a proposta final, que precisará ser aprovada pela Diretoria Colegiada. A CP trata da reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agroquímicos que apresentem indícios de alteração dos riscos à saúde humana.

Ao longo dos dois meses em que a CP ficou aberta, a ABIFINA articulou-se com entidades do setor para enviar contribuições, o que foi feito por meio do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). A avaliação da ABIFINA é de que o texto da CP nº 313 atende bem à necessidade regulatória.

No documento de justificativa da CP, a Gerência Geral de Toxicologia da Anvisa explica que “diferentemente de outros produtos regulados pela Anvisa, o registro de agrotóxicos no Brasil não possui previsão legal para a sua renovação ou revalidação. Uma vez concedido, o registro de agrotóxicos possui validade indeterminada. No entanto, o conhecimento técnico-científico sobre esses produtos está em permanente evolução e, mesmo após o registro, novos aspectos e riscos podem ser identificados.”

Para suprir essa lacuna na legislação vigente, a Anvisa editou em 2008 a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº48, que estabeleceu os procedimentos administrativos para a reavaliação toxicológica. No entanto, ela é muito genérica, sem detalhar os trâmites a serem feitos.

O principal problema da RDC nº 48 é não especificar os critérios adotados pela Anvisa para a seleção e priorização dos ingredientes ativos a serem reavaliados. Esses e outros problemas devem ser resolvidos com a nova normativa a ser editada a partir da CP nº 313. Nesse sentido, a nova norma propõe, por exemplo, a publicação, com antecedência, de uma lista de produtos a serem reavaliados.

Para as entidades da indústria, a expectativa é de que a futura norma confira maior previsibilidade, transparência e segurança ao processo de reavaliação toxicológica, além de estabelecer a responsabilidade compartilhada pela empresa.

Outro tema que mobilizou a ABIFINA foram as medidas para simplificar a concessão de registros para exportação, componentes, embalagens e produtos clones, além do pós-registro de agroquímicos. Para tratar do assunto, a diretora Agro, Thais Mesquita, e a analista técnica Fernanda Costa participaram de reunião com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no dia 16 de maio, em Brasília.

RÁPIDAS

COMPRAS INTERNACIONAIS

O Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) promoveram um workshop no dia 1º de junho, em Brasília, para explicar a pré-qualificação de medicamentos e outras tecnologias nesses órgãos internacionais. Com essa medida, fornecedores brasileiros podem incluir seus produtos nos catálogos de insumos de saúde sexual e reprodutiva utilizados nas aquisições internacionais da ONU. Odilon Costa, diretor de Relações Institucionais da ABIFINA, participou do evento.

RÓTULOS E BULAS

O Ministério da Agricultura discutiu com o setor regulado no dia 30 de maio, em Brasília, a Instrução Normativa SDA nº 16, de 18 de maio de 2017. A norma estabelece as especificações para a elaboração de rótulos e bulas de agrotóxicos pelas empresas titulares de registro, bem como as diretrizes para a inserção de dados e documentos no Sistema de Produtos Fitossanitários (Agrofit). A ABIFINA foi representada por Vanessa Ramiro, da associada Ourofino Agrociência.

LIBBS FARMACÊUTICA

Nelson Brasil de Oliveira, 1º vice-presidente da ABIFINA, esteve no lançamento, em abril, do projeto do Centro Tecnológico da associada Libbs Farmacêutica, que será construído junto ao Parque Tecnológico do Jaguaré, em São Paulo. A cerimônia foi realizada no Palácio dos Bandeirantes e contou com a presença do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Em audiência pública realizada em abril, em Brasília, o 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, fez uma apresentação sobre a Medida Provisória (MP) nº 754/2016, que propõe alterações nos mecanismos de regulação de preços de medicamentos no País.


RETOMADA DO CRESCIMENTO

Promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), o XXIX Fórum Nacional discutiu este ano o tema “Recessão, crise estadual e da infraestrutura. Para onde vai a economia brasileira?”. O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, esteve no encontro, no dia 18 de maio, no Rio de Janeiro.

APOIO À INDÚSTRIA

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT) apresentou, em abril, seu trabalho como unidade da Embrapii, oferecendo suporte para empresas na área de tecnologia química industrial. A apresentação fez parte da reunião conjunta dos Conselhos de Tecnologia e de Competitividade da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O diretor de Biotecnologia da ABIFINA, Gilberto Soares, participou do encontro.

FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O 15º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (Enfisa) debateu a harmonização na área, entre outros assuntos, de 3 a 7 de abril, em Campos do Jordão (SP). A ABIFINA fez parte da comissão organizadora e participou com a analista técnica Fernanda Costa. 

Prof. Dr. Newton Silveira

Consultas e pareceres em Propriedade Intelectual

Mestre em Direito Civil, Doutor em Direito Comercial e Professor Senior na pós-graduação da Faculdade de Direito da USP. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo. Founding father de ATRIP - International Association for the Advancement of Teaching and Research in Intellectual Property. Diretor Geral do IBPI – Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual. Fundador, ex-presidente e conselheiro nato da ASPI – Associação Paulista da Propriedade Intelectual. Vice-Presidente do Instituto Biodivertech. Presidente do IDCBJ – Instituto de Direito Comparado Brasil Japão. Professor visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Keio, Tokio. Hóspede ilustre da cidade de Quito, Ecuador. Medalha Prof. Dr. Antônio Chaves, conferida pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História da OAB/SP. Sócio do escritório Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados Advogados.

RESERVE
ESTA DATA

VIII SIPID

07 DEZ 2017



ECONOMIA E TECNOLOGIA
PARA O DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL BRASILEIRO

O VIII SIPID - Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento discutirá como a tecnologia associada à política econômica pode contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Centro de Convenções da
Federação das Indústrias do
Rio de Janeiro (Firjan)
Av. Graça Aranha, 1 - Centro

Informações e inscrições
(21) 3125-1400
sipid@abifina.org.br

Realização

ABIFINA

COMPANHIA BRASILEIRA DE LÍTIO

A maior produtora
nacional de compostos
de Lítio: Carbonato
e Hidróxido.
Produz também o
Sulfato de Sódio Anidro.



Mina da Cachoeira

Rodovia BR 367, km 276 • Cx.Postal 047
Cep 39600-000 • Araçuaí • MG

Planta Química

Rodovia BR 116, km 3,5
Cep 39995-000 • Divisa Alegre • MG

Escritório Central

Rua Baumann, 1.383 • Vila Leopoldina
Cep 05318-000 • São Paulo • SP
comercial@cblsp.com.br • +55 (11) 3837-0075

The logo for Companhia Brasileira de Lítio (CBL), consisting of the letters 'CBL' in a bold, white, sans-serif font with a slight 3D effect, set against a dark background.



UMA EMPRESA FEITA SÓ PARA CUIDAR DE VOCÊ.

Você merece a maior indústria farmacêutica do Brasil. Merece o maior Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da América Latina. Merece cientistas de renome internacional. Merece investimentos em projetos sociais e culturais. A EMS é gigante quando o assunto é saúde. A sua saúde.



Sua saúde merece